

SUMÁRIO – 9.1 - PROJETO DE ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PARA A REGIÃO DO MÉDIO XINGU

9.	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	7
9.1.	PROJETO DE ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PARA A REGIÃO DO MÉDIO XINGU	7
9.1.1.	INTRODUÇÃO	7
9.1.2.	OBJETIVOS	9
9.1.2.1.	OBJETIVO GERAL	9
9.1.2.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
9.1.3.	RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	10
9.1.3.1.	TI PAQUIÇAMBA.....	11
9.1.3.1.1.	REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	11
9.1.3.1.2.	APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	11
9.1.3.1.3.	APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	23
9.1.3.1.4.	FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E VIAGENS DE INTERCÂMBIO	23
9.1.3.2.	TI ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU	25
9.1.3.2.1.	REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	25
9.1.3.2.2.	APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	25
9.1.3.2.3.	APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	37
9.1.3.2.4.	FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	38
9.1.3.3.	TI TRINCHEIRA BACAJÁ.....	39
9.1.3.3.1.	REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	39
9.1.3.3.2.	APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	39

9.1.3.3.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	41
9.1.3.3.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	42
9.1.3.4. TI KOATINEMO	43
9.1.3.4.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	43
9.1.3.4.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	43
9.1.3.4.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	45
9.1.3.4.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	45
9.1.3.5. TI ARARA	46
9.1.3.5.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	46
9.1.3.5.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	46
9.1.3.5.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	48
9.1.3.5.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	48
9.1.3.6. KARARAÔ	50
9.1.3.6.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	50
9.1.3.6.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	50
9.1.3.6.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	52
9.1.3.6.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	53
9.1.3.7. TI CACHOEIRA SECA.....	54
9.1.3.7.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	54
9.1.3.7.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	54

9.1.3.7.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	56
9.1.3.7.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	56
9.1.3.8. TI XIPAYA.....	58
9.1.3.8.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	58
9.1.3.8.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	58
9.1.3.8.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	60
9.1.3.8.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	60
9.1.3.9. TI KURUAYA	62
9.1.3.9.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	62
9.1.3.9.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	62
9.1.3.9.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	64
9.1.3.9.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	64
9.1.3.10. TI ARAWETÉ IGARAPÉ IPIXUNA.....	66
9.1.3.10.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	66
9.1.3.10.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	66
9.1.3.10.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	68
9.1.3.10.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	68
9.1.3.11. TI APYTREWA.....	70
9.1.3.11.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	70
9.1.3.11.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	70

9.1.3.11.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	72
9.1.3.11.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	73
9.1.3.12. AI JURUNA DO KM 17	74
9.1.3.12.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)	74
9.1.3.12.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	74
9.1.3.12.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	85
9.1.3.12.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	85
9.1.4. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO	87
9.1.5. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO	89
9.1.6. ATIVIDADES PREVISTAS.....	91
9.1.6.1. TI PAQUIÇAMBA.....	91
9.1.6.1.1. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	91
9.1.6.1.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	91
9.1.6.2. TI ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU	92
9.1.6.2.1. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	92
9.1.6.2.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	92
9.1.6.3. TI TRINCHEIRA BACAJÁ.....	93
9.1.6.3.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	93
9.1.6.3.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	93
9.1.6.4. TI KOATINEMO	93
9.1.6.4.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	93
9.1.6.4.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	94

9.1.6.5.	TI ARARA	94
9.1.6.5.1.	APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	94
9.1.6.5.2.	FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	95
9.1.6.6.	TI KARARAÔ	95
9.1.6.6.1.	APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	95
9.1.6.6.2.	APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)	95
9.1.6.6.3.	FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	96
9.1.6.7.	TI CACHOEIRA SECA	96
9.1.6.7.1.	APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	96
9.1.6.7.2.	FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	96
9.1.6.8.	TI XIPAYA	97
9.1.6.8.1.	APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	97
9.1.6.8.2.	FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	97
9.1.6.9.	TI KURUAYA	97
9.1.6.9.1.	APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	97
9.1.6.9.2.	APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)	98
9.1.6.9.3.	FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	98
9.1.6.10.	TI ARAWETÉ DO IGARAPÉ IPIXUNA	98
9.1.6.10.1.	APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	98
9.1.6.10.2.	APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)	99

9.1.6.10.3. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	99
9.1.6.11. TI APYTEREWA	99
9.1.6.11.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	99
9.1.6.11.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	100
9.1.6.12. AI – ÁREA INDÍGENA JURUNA DO KM 17	100
9.1.6.12.1. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP).....	100
9.1.6.12.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO	100
9.1.7. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA	101
9.1.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
9.1.9. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO	105
9.1.10. ANEXOS.....	108

9. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

9.1. PROJETO DE ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PARA A REGIÃO DO MÉDIO XINGU

9.1.1. INTRODUÇÃO

Durante a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE BM), seguiram-se as etapas adotadas em estudos similares, as quais também se encontram previstas nos Termos de Referência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Assim, realizou-se um diagnóstico da situação socioeconômica e cultural dos povos indígenas da região e a identificação, caracterização e avaliação de possíveis impactos e interferências ambientais e socioculturais sobre esses povos¹.

Os impactos socioambientais foram considerados a partir da percepção dos indígenas, sendo caracterizados como qualquer alteração no cotidiano das comunidades, em sua organização social, política, cultural e/ou econômica, provocadas por uma ação externa².

A questão da educação é caracterizada ao longo dos Estudos Etnoecológicos do EIA como um impacto essencialmente positivo e de incidência direta, pois há a expectativa da melhoria da qualidade de vida por parte das populações afetadas. Essa expectativa tem origem nas informações sobre medidas compensatórias para populações indígenas, em casos em que são diretamente afetados por grandes projetos governamentais³.

A educação escolar indígena foi por muito tempo responsabilidade da FUNAI, já esteve a cargo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de Altamira e na década de 1990 foi repassada para a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC/PA). Neste período, este órgão ficou responsável pela contratação e formação de professores e pelos materiais didáticos, enquanto a FUNAI manteve um setor de educação responsável por um “apoio técnico” aos professores em áreas indígenas, que consistia basicamente em resolver seus problemas na cidade e mandar “rancho”, além de fazer um acompanhamento de alunos matriculados e frequência. No momento da elaboração

¹ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Estudo de Impacto Ambiental/EIA - Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Volume 35, Meio Socioeconômico e Cultural, Apêndice – Tomo 1, Estudos Etnoecológicos. Brasília, DF, set/2009.

² BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Estudo de Impacto Ambiental/EIA - Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Volume 35, Meio Socioeconômico e Cultural, Apêndice – Tomo 2, Estudos Etnoecológicos. Brasília, DF, set/2009.

³ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Estudo de Impacto Ambiental/EIA - Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Volume 35, Meio Socioeconômico e Cultural, Apêndice – Tomo 2, Estudos Etnoecológicos. Brasília, DF, set/2009.

do EIA/RIMA, a educação escolar indígena na região do Médio Xingu estava sob responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.⁴

O EIA/RIMA apontou a carência, por parte dos órgãos afetos à educação indígena, de programas específicos de educação escolar indígena, de formação específica para os funcionários, de criação de material didático específico, evidenciando a pouca adaptação das escolas à realidade local. A escola, como instituição, consiste em uma ferramenta de inserção na sociedade nacional. Deve-se, entretanto, ter em mente, que ela carrega valores e metodologias que não são próprios das sociedades em questão.

Em termos de legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁵, em seu Artigo 32, assegura “às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”, garantindo assim uma educação diferenciada, de acordo com a realidade e necessidade de cada povo. Ainda, em seu Artigo 78, a LDB dispõe sobre o Sistema de Ensino da União, que “com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas Línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Partindo-se dos pressupostos acima, as comunidades são responsáveis por definirem que tipo de cidadãos a escola irá formar, dentro e fora dela, além de determinar o tipo de escola que desejam, de acordo com a sua organização sociocultural. Sob a ótica política, a escola ajuda a definir as mudanças que a comunidade deseja fazer, por meio das pessoas que está formando. Portanto, quando a escola e a comunidade assumem a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, todos os envolvidos devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a concretização desse objetivo.

⁴ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Estudo de Impacto Ambiental/EIA - Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Volume 35, Meio Socioeconômico e Cultural, Apêndice – Tomo 5, Estudos Etnoecológicos. Brasília, DF, set/2009.

⁵ BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI⁶, mas em acordo com a realidade atual e especificações do PO PBA-CI⁷, a metodologia de trabalho necessária para estruturar uma política específica de educação escolar indígena na região compreende seminários e reuniões técnicas, além da gestão compartilhada, ou seja, pautada no planejamento integrado entre o PEEI e as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela educação escolar indígena, em conjunto com as comunidades, lideranças e organizações indígenas. Deve resultar dessa pactuação a atribuição acordada e documentada das responsabilidades de cada instituição e da organização escolar, de modo que as ações possam ser complementares, visando metas estabelecidas em conjunto.

Ademais, a recente implementação de uma política indigenista de educação regionalizada trouxe para o Médio Xingu um grande avanço, pois propõe a construção de um novo modelo de planejamento e gestão da educação escolar indígena, tendo como principal referência a forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas e culturais.

9.1.2. OBJETIVOS

Os objetivos do presente projeto encontram-se estabelecidos no Plano Operativo⁸ do PBA-CI da UHE Belo Monte.

9.1.2.1. OBJETIVO GERAL

O presente projeto visa apoiar, de forma participativa e coletiva, a implementação de uma política de educação escolar indígena específica para a região de Altamira⁹, contemplando as especificidades e autonomia culturais de cada povo indígena da região, bem como as necessidades atuais das escolas e dos processos educativos.

9.1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apoiar a implantação da política de educação escolar indígena específica para essa região de Altamira, a ser discutida, acompanhada e elaborada em conjunto com os povos indígenas e demais instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de gestão compartilhada conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996);

⁶ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

⁷ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, abril/2013.

⁸ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

⁹ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

- Estruturar o sistema de controle, monitoramento, fiscalização e acompanhamento social, seja através da criação de conselhos locais de educação (a exemplo dos Conselhos Locais de Saúde Indígena), como também através dos Conselhos Municipais e Estadual de Educação Indígena, discutindo com as comunidades e instituições, qual a melhor forma para o funcionamento desse sistema;
- Estruturar um sistema de monitoramento e avaliação permanente e participativo;
- Dar início ao processo de construção de um sistema regional de indicadores específicos de educação escolar indígena, com metas a serem atingidas a cada ano.

9.1.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

O Projeto de Estabelecimento de Política de Educação Escolar Indígena para a Região do Médio Xingu é constituído de quatro (04) etapas de desenvolvimento (ações). Nos itens subsequentes há o detalhamento de cada ação por Terra Indígena – TI. A seguir, são apresentadas as atividades executadas por Terra Indígena no primeiro semestre de 2016.

9.1.3.1. TI PAQUIÇAMBA

9.1.3.1.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.1.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA¹⁰ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação Concluída

Para o desenvolvimento das atividades durante o biênio de 2016/2017, a equipe do PEEI e de outros programas, quais sejam Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI), Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPC), Programa de Fortalecimento Institucional (PFI), Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI) e Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI) adotaram a estratégia de integração de ações, a qual visa facilitar a compreensão dos processos por parte dos indígenas, de modo que as atividades façam sentido no dia-dia das comunidades, além de atender às recomendações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Para tanto, cada coordenador dos referidos programas iniciou, em fevereiro de 2016, seu planejamento para as atividades previstas e, entre 13 e 21 de março de 2016, toda a equipe técnica reuniu-se em Altamira para a elaboração do planejamento conjunto das ações integradas (**Figuras 9.1 - 1 – 1 e 9.1 - 2**).

¹⁰ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.



Figura 9.1 - 1 - Coordenadores e equipe de campo discutindo as diretrizes das atividades conjuntas.



Figura 9.1 - 2 - Sistematização do planejamento integrado de ações. Data: 18/03/2016.

Durante este período, a equipe integrada organizou um detalhamento das atividades, bem como elaborou uma proposta metodológica de implementação das mesmas. Tal metodologia foi discutida e validada com os indígenas durante o planejamento participativo, o qual ocorreu na segunda quinzena de abril/16. Esta tem como fundamento a construção de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para as Terras Indígenas (TIs), de modo a incentivar a organização política dos povos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu de acordo com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI¹¹).

Tal metodologia irá compreender, ao longo de dois anos, a realização de 6 (seis) encontros para a discussão das etapas de construção do PGTA de cada TI, de modo que cada encontro de trabalho irá gerar atividades práticas - relacionadas às ações de todos os programas - a serem desenvolvidas no período compreendido entre um encontro e outro. Essas atividades, por sua vez, irão produzir uma série de informações que serão trabalhadas no encontro subsequente. O número de participantes dessas oficinas será definido em conjunto com os indígenas, sob orientação e coordenação do PGTI.

Faz-se necessário lembrar que todos os encontros terão suas metodologias específicas, levando em conta as necessidades e organizações socioculturais próprias dos povos em questão, além das orientações da FUNAI e diretrizes da PNGATI. O detalhamento desta ação está relatado no RCS do Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI). Neste sentido, o PEEI participará da elaboração do PGTA apoiando a discussão sobre um dos eixos temáticos deste documento, referente à educação escolar, com atividades específicas para discutir este tema.

¹¹ **Decreto nº 7.747**, de 5 de julho de 2012, Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências.

Com o início da mobilização das comunidades, a equipe convidou as lideranças indígenas e outros atores sociais das comunidades dos povos Juruna e Arara da VGX para apresentar os técnicos e as ações previstas, bem como a proposta de metodologia integrada, a qual será norteada pela elaboração dos PGTA's. Assim, no dia 22/03/2016 foi realizada uma reunião com todas as lideranças das 6 (seis) aldeias nas quais a executora desenvolverá as atividades do PBA-CI (**Anexo 9.1 – 1**).

Nesta reunião (**Figuras 9.1 – 3 e 9.1 – 4**) foram apresentadas as atividades previstas para a TI Paquiçamba, para a TI Arara da Volta Grande do Xingu e para a Área Indígena Juruna do km-17.



Figura 9.1 – 3 – Lideranças indígenas da VGX e AI Juruna do km-17, em reunião com a equipe técnica. Data: 22/03/2016.



Figura 9.1 – 4 – Reunião para apresentação da equipe e atividades previstas para o biênio 2016-2017. Data: 22/03/2016

Na parte da manhã, todos se apresentaram (indígenas e técnicos) e cada membro da equipe esclareceu o papel que irá exercer dentro dos cinco programas (PGTI, PPC, PFI, PISI e PEEI). Em seguida, com o auxílio de tarjetas coloridas, todos os programas foram explicados e suas atividades foram elencadas (**Figuras 9.1 – 5 e 9.1 – 6**). No período da tarde, a equipe abordou seu plano de trabalho e apresentou uma proposta metodológica de integração entre todos os programas através da elaboração de um PGTA, orientado por uma legislação específica, a PNGATI.

Foram abordados, de maneira geral, os conceitos de PGTA, PNGATI e políticas públicas, sendo ressaltado que esses temas serão aprofundados durante a execução das atividades nas aldeias. Foi esclarecido que a equipe irá auxiliar a construção dos PGTA's das TIs ali representadas, mas que a participação e envolvimento das comunidades é fundamental para a elaboração deste documento, sem a qual o trabalho não atingirá seu pleno potencial, ou seja, promover o protagonismo indígena.

Em seguida, as tarjetas com o nome das atividades de todos os programas foram reorganizadas em um painel, de modo a ilustrar a metodologia de execução das diversas atividades de modo integrado. Esta explanação dividiu as atividades em seis grandes encontros, os quais servirão para a elaboração de cada etapa de construção

dos PGTAs, além de orientar as atividades a serem realizadas durante os meses entre um encontro e outro. Além disso, foi reforçado que os PGTAs já tiveram seu início com as atividades realizadas nos dois anos anteriores. Tais encontros servirão, portanto, para a organização e sistematização de informações, de modo a construir um documento que permita o diálogo com as diversas instituições parceiras ou governamentais, atendendo à legislação vigente.



Figura 9.1 – 5 – Apresentação dos Programas e Atividades com o auxílio de tarjetas coloridas.



Figura 9.1 – 6 – Início da organização da execução atividades de forma integrada, através das oficinas de elaboração dos PGTAs.

Por fim, explicou-se que a equipe fará apresentações em todas as aldeias no mês de abril de 2016 para compartilhar este planejamento de ações e pactuar uma agenda de trabalho, fazendo os ajustes necessários e definindo a metodologia específica para cada atividade ou povo.

A seguir, são apresentadas as atividades executadas por Terra Indígena no primeiro semestre de 2016. Entretanto, a primeira atividade realizada pelo Programa de Educação Escolar Indígena tem metodologia de execução que abrange a discussão e planejamento conjunto entre equipe do PEEI e representantes dos povos Juruna e Arara da VGX, além das equipes da SEMED de Vitória do Xingu e da SEMED de Senador José Porfírio, conforme relatado abaixo.

Durante a reunião com as lideranças indígenas na cidade de Altamira (**Figuras 9.1 – 3 a 9.1. – 6**), surgiram questionamentos sobre algumas atividades específicas do PEEI, como os intercâmbios e as oficinas de formação continuada para professores indígenas. A coordenação do programa esclareceu que tais questões e outras demandas referentes à essa temática deveriam ser discutidas e planejadas em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), as Secretarias Municipais de Educação (SEMEDs), órgãos governamentais responsáveis pelo planejamento e execução das Políticas Públicas de Educação, com os professores indígenas e as lideranças ou outros representantes das comunidades indígenas. Para tanto, foi proposto realizar um encontro envolvendo os atores acima mencionados, além da FUNAI, da Norte Energia (PEEI) e outras instituições afetas à educação escolar indígena, com o objetivo de

realizar uma avaliação das ações já executadas nos anos anteriores, bem como obter um diagnóstico atualizado da educação escolar indígena nos municípios de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, responsáveis pelas políticas públicas junto aos povos Juruna e Arara da VGX, respectivamente.

A partir deste diagnóstico será possível estabelecer um Plano de Trabalho conjunto, que atenda à necessidade atual das comunidades, além de ficarem definidas as responsabilidades de cada instituição ou comunidade.

Com o aval das lideranças, a equipe do PEEI marcou uma reunião com representantes das SEMEDs dos municípios acima mencionados (Memória de reunião interinstitucional no **Anexo 9.1 – 2**). Este encontro (Lista de presença da reunião interinstitucional no **Anexo 9.1 – 3**), realizado no dia 24 de março de 2016 na sede da SEMED de Vitória do Xingu, teve como objetivo apresentar a equipe do PEEI, bem como as ações previstas neste programa no contexto do PBA-CI (**Figuras 9.1 – 7 e 9.1 – 8**).



Figura 9.1 – 7 – Equipe do PEEI em reunião com representantes das SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.



Figura 9.1 – 8 – Discussão sobre o compartilhamento de responsabilidades entre equipes do PEEI e das SEMEDs na mobilização das comunidades indígenas para início das atividades.

Esta reunião marcou o início da mobilização para a realização da presente atividade, cujo planejamento ocorreu em conjunto entre PEEI e SEMEDs. É importante ressaltar que esta atividade não possui metodologia de execução por TI, pois a recente implementação de uma política indigenista de educação regionalizada (Vide 5º Relatório Consolidado Semestral – RCS, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em julho de 2015) trouxe para o Médio Xingu um grande avanço, devido a proposta de construção de um novo modelo de planejamento e gestão da educação escolar indígena, tendo como principal referência a forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas e culturais. Dessa forma, a equipe do PEEI considera relevante e importante a troca de experiências de ambos os povos da região da VGX (Juruna e Arara da VGX) e o debate conjunto das políticas públicas de educação.

As ações nas aldeias referentes à esta atividade iniciaram-se com as articulações institucionais acima mencionadas para a ocorrência da atividade. A mobilização dos indígenas, já iniciada em março de 2016 durante reunião conjunta em Altamira com as lideranças, teve sua continuação em abril de 2016, compreendendo a apresentação da equipe do PEEI em todas as aldeias do povo Juruna (**Figuras 9.1 – 9 a 9.1 – 12** e Listas de presença das reuniões nas aldeias da TI Paquiçamba no **Anexo 9.1 – 4 e Anexo 9.1 - 5**) e nas duas aldeias do povo Arara da VGX (**Figuras 9.1 – 12 e 9.1 – 13, Anexo 9.1 – 6**).

A pactuação para a realização do seminário e o detalhamento das atividades previstas no PEEI, foram discutidas nestas ocasiões. Para realização do seminário, foi sugerida uma data e indicado o local para realização da presente atividade. Ressalta-se que essa ação, de apresentação das atividades e pactuação de cronograma de atividades, ocorreu em integração com as equipes de todos os demais programas (PGTI, PFI, PPC e PISI).



Figura 9.1 – 9 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Furo Seco (TI Paquiçamba).



Figura 9.1 – 10 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Miratu (TI Paquiçamba).



Figura 9.1 – 11 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Paquiçamba (TI Paquiçamba)



Figura 9.1 – 12 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Boa Vista (AI Juruna do Km-17).



Figura 9.1 – 13 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Guary-Duan (TI Arara da VGX).



Figura 9.1 – 14 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Terrawangã (TI Arara da VGX).

Dessa maneira, ficou acordado que o seminário ocorreria nos dias 28 e 29 de abril, na aldeia Boa Vista (AI Juruna do Km-17), a equipe do PEEI procedeu com as comunicações oficiais para convidar as demais instituições afetas à educação dos povos Juruna e a Arara da VGX (Ofícios enviados nos **Anexos 9.1 – 7 a 9.1 – 10**).

A atividade foi realizada nos dias 28 e 29 de abril de 2016, na aldeia Boa Vista (AI Juruna do km-17) e contou com a participação de professores e lideranças de todas as aldeias dos povos Juruna e Arara da VGX, além de representantes das SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e equipe do PEEI (**Anexo 9.1 – 11**). O Secretário Municipal de Educação de Vitória do Xingu também compareceu ao evento e reforçou a importância do mesmo e das parcerias para o avanço nas discussões sobre educação escolar indígena na região (**Figura 9.1 – 15**).

De acordo com as diretrizes do PBA-CI¹², mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI¹³, a metodologia de trabalho necessária para estruturar uma política específica de educação escolar indígena na região compreende a realização dos seminários e reuniões técnicas, além da gestão compartilhada.

Desta forma, há de se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre o PEEI, as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela educação escolar indígena; bem como a participação das comunidades e das organizações indígenas envolvidas.

Como resultado desta pactuação espera-se a definição das atribuições acordadas e documentadas das responsabilidades de cada instituição e da organização escolar

¹² Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

¹³ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

indígena, de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo as metas em conjunto para essa ação.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos proposto para esse projeto: apoiar a discussão, a elaboração e implementação das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de gestão compartilhada conforme determina a LDB¹⁴.

Partindo das premissas apresentadas, foi proposta a realização de uma atividade para avaliar o atual cenário da educação escolar indígena para os povos Juruna e Arara da VGX, de modo que os desafios identificados conduzissem o planejamento conjunto entre PEEI, SEMEDs, professores e comunidades indígenas das ações previstas no PBA-CI.

Tal exercício foi de fundamental importância para que as principais referências para a gestão compartilhada das ações do referido programa se baseassem na forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas e culturais.

Esta atividade foi moderada por uma especialista em educação escolar indígena e foi dividida em três etapas. Após a apresentação pela coordenadora do PEEI (**Figura 9.1 – 16**) e o estabelecimento dos acordos de convivência, realizou-se uma chuva de ideias conjunta, para que os problemas ou desafios da educação indígena fossem identificados (**Figuras 9.1 – 16 e 9.1 – 17**). Em seguida, os indígenas foram divididos em grupos por Terra Indígena - TI Paquiçamba, TI Arara da VGX e AI Juruna do Km-17 (**Figura 9.1 – 18**) para proporem as soluções para os problemas levantados (**Figuras 9.1 – 19 a 9.1 – 22**).

¹⁴ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



Figura 9.1 – 15 – Secretário Municipal de Educação de Vitória do Xingu, prestigiando o evento e reforçando a importância das parcerias.



Figura 9.1 – 16 – Equipe do PEEI fazendo a abertura do evento.



Figura 9.1 – 17 – Moderadora iniciando a chuva de ideias sobre os problemas do atual cenário da educação indígena na região.

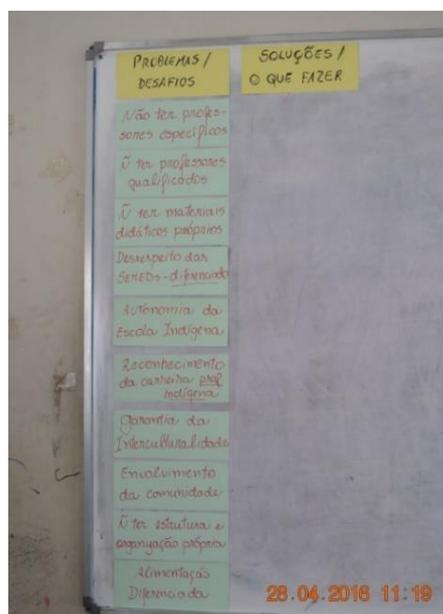


Figura 9.1 – 18 – Problemas ou desafios levantados pelos indígenas.



Figura 9.1 – 19 – Grupos de trabalho por Terra Indígena.



Figura 9.1 – 20 – Professores da TI Paquiçamba apresentando suas sugestões de soluções para cada problema identificado.



Figura 9.1 – 21 – Professores da TI Arara da VGX apresentando suas sugestões de soluções para cada problema identificado.



Figura 9.1 – 22 – Professores da AI Juruna do Km-17 apresentando suas sugestões de soluções para cada problema identificado.

Após o levantamento de desafios e possíveis soluções, a moderadora falou rapidamente sobre cada sugestão apresentada e propôs aos participantes a sistematização das informações, através da união de sugestões equivalentes e eliminação de algumas repetidas, de modo que todas se mantivessem contempladas (**Figuras 9.1 – 23 e 9.1 – 24**).



Figura 9.1 – 23 – Moderadora do seminário refletindo sobre todas as soluções propostas pelos indígenas.



Figura 9.1 – 24 – Início da sistematização das informações pelos participantes.

Em seguida, todos os aspectos levantados foram separados pelos indígenas em dois grupos, de acordo com o responsável pela implementação de cada sugestão, quais sejam as SEMEDs (ou demais órgãos de governo) ou as próprias comunidades.

Ainda, uma segunda divisão foi feita com relação à área que determinada sugestão afetaria, fosse ela no âmbito organizacional/estrutural ou pedagógico. Dessa etapa, surgiu uma matriz de ações prioritárias para os povos Juruna e Arara da VGX com relação à implementação de uma educação diferenciada e de qualidade, atribuindo responsabilidades entre os diferentes atores envolvidos (**Figura 9.1 – 25**).

A partir do levantamento das prioridades, a equipe do PEEI fez uma breve explicação sobre o programa, suas diretrizes e objetivos, e lembrou de ações anteriormente realizadas e apoiadas pelo PBA-CI. Foi esclarecido que o PEEI oferece apoio técnico e especializado às SEMEDs e comunidades, através da contratação de especialistas em educação indígena, apoio logístico para oficinas de capacitação de professores e acompanhamento pedagógico nas comunidades.

Além disso, foi lembrado que o programa tem como premissa básica a gestão compartilhada, ou seja, o planejamento e a execução conjunta entre equipe do PEEI, das SEMEDs e comunidades indígenas.

Com as devidas prioridades identificadas e a explicação sobre o PEEI, foi possível esclarecer o escopo de atuação da equipe, a qual será parceira na execução de atividades sob responsabilidade das comunidades e no âmbito pedagógico da escola (**Figura 9.1 – 25**). Assim, realizou-se o planejamento conjunto inicial de atividades que podem ser apoiadas pelas ações do PBA-CI (**Anexo 9.1 – 12**).

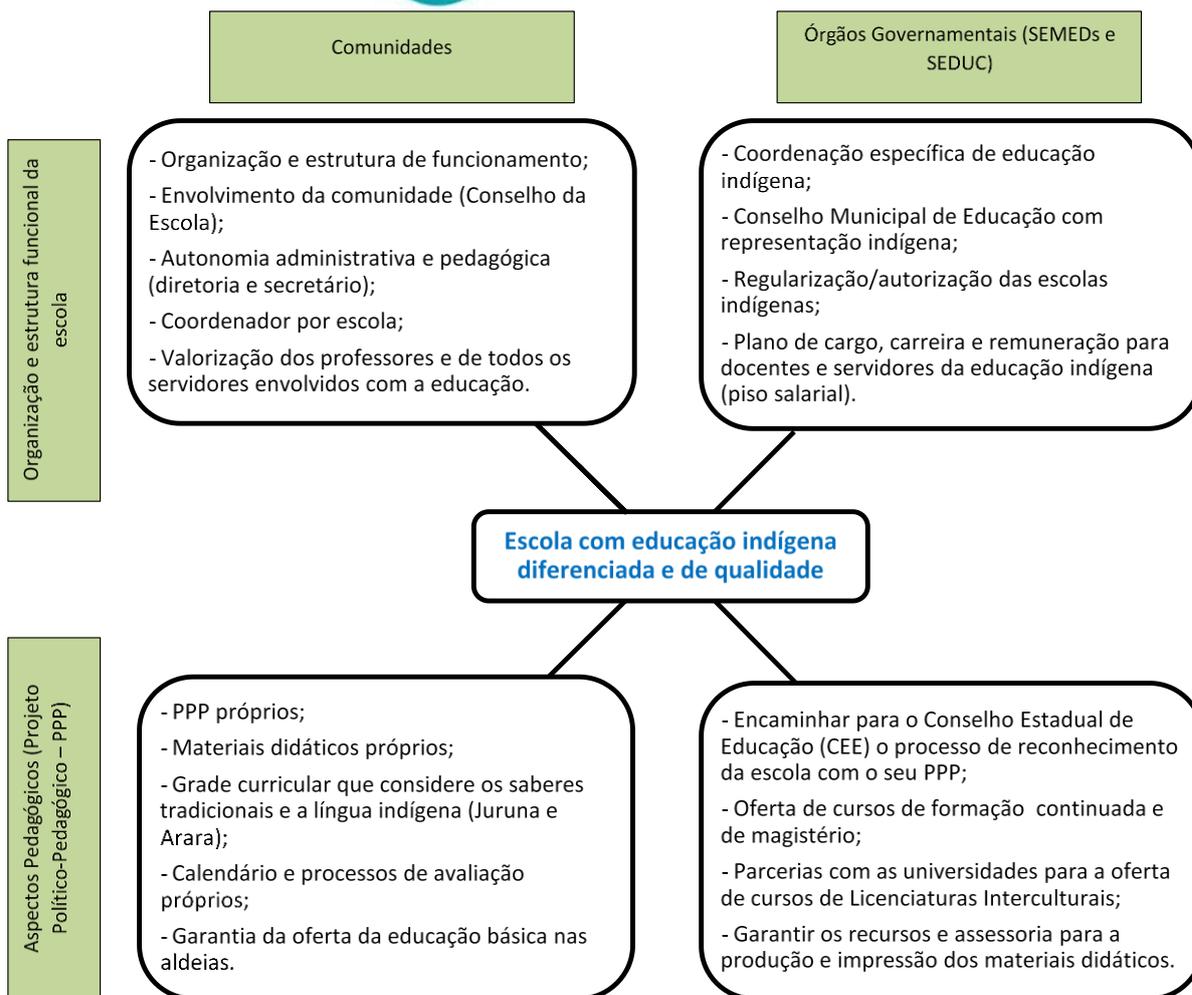


Figura 9.1 – 25 – Matriz de responsabilidades para implementação de ações prioritárias no âmbito da educação indígena diferenciada e de qualidade.

Ao final do seminário, todos fizeram uma avaliação positiva da atividade e reforçaram a importância das parcerias. Foram entregues certificados de participação a todos os presentes e a atividade se encerrou com a garantia de professores e lideranças no comprometimento às questões da educação e envolvimento das comunidades na execução das atividades (**Figura 9.1.3.1 – 26**).



Figura 9.1 – 26 – Participantes do 1º Seminário de avaliação e acompanhamento da implementação de Políticas de Educação Escolar Indígena nos municípios de Vitória do Xingu-PA (povo Juruna) e Senador José Porfírio-PA (povo Arara da VGX). Data: 29/04/2016.

9.1.3.1.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação em andamento

De acordo com o cronograma do PO, esta atividade estava prevista para ser executada até 2015. Conforme *4º Relatório Consolidado Semestral – RCS, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015*, o PEEI promoveu uma oficina conjunta entre todos os povos do Médio Xingu em outubro de 2014 para orientação e início da elaboração participativa do PPP. (Documento constante no **Anexo 9.1 – 13**).

Entretanto, a equipe do PEEI foi solicitada a acompanhar a implementação deste documento e promover uma oficina para avaliação do mesmo, de modo a complementar, principalmente, a discussão referente à matriz curricular diferenciada. Dessa forma, durante a realização do Seminário de Educação relatado anteriormente neste RCS, essa discussão ficou acordada para ser realizada na aldeia Paquiçamba (TI Paquiçamba) na segunda semana do mês de agosto/16.

9.1.3.1.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente atividade teve seu planejamento iniciado durante realização da atividade descrita no item 9.1.3.1 deste RCS e, por ocorrer integrada à atividade “*Realização de Viagens de Intercâmbio para professores indígenas e não indígenas*” do Projeto de

Estruturação das Escolas Indígenas, encontra-se mais detalhada no item referente ao pacote de trabalho 9.2.

Conforme relatado pelos participantes do seminário de educação, os Juruna têm o anseio de aprender a língua indígena e outros aspectos culturais que envolvam o conhecimento de seus antepassados. Assim, as trocas de experiência previstas para a presente atividade estão sendo planejadas com professores, lideranças e representantes da SEMED de Vitória do Xingu objetivando esse aprendizado. Este objetivo possui interface com a atividade “*Apoio ao intercâmbio cultural Juruna (Km 17 e Paquiçamba com a população Juruna do Parque Indígena do Xingu) para troca de conhecimentos tradicionais*” (Vide Pacote de Trabalho 11.1 - Projeto de Apoio à Produção Artística e Cultural - RCS_PBA-CI_PPC.1_jun.16).

Durante o seminário relatado no item 9.1.3.1.2, foi sugerida pelos indígenas a contratação de um professor Yudjá para trabalhar nas aldeias da TI Paquiçamba e Al Juruna do Km-17 durante o período de um ano letivo. Se viável, o planejamento das atividades desse professor será realizado em conjunto com professores, representantes das comunidades, equipes da SEMED e do PEEI, com o objetivo de pensar ações que ampliem e diversifiquem, nas aldeias, os espaços de aprendizado da língua Juruna, tanto entre adultos como entre os mais jovens.

Neste momento, foram apenas definidas as responsabilidades dos diversos atores envolvidos para articular essa experiência de intercâmbio. Dessa forma, com relação à vinda de um professor (e possivelmente sua família), a SEMED de Vitória do Xingu se responsabilizou pela contratação, as comunidades indígenas se comprometeram com a estadia e a equipe do PEEI assegurou o transporte, a alimentação e os materiais necessários às oficinas e/ou ações oriundas do planejamento conjunto.

Para execução dessa atividade foi realizada uma reunião interinstitucional para definir os próximos passos para a articulação desse intercâmbio em junho/16 (**Anexo 9.1 – 14**). A Secretaria de Educação de Vitória do Xingu destacou o comprometimento da SEMED com os povos indígenas, entretanto, esclareceu que a contratação de um professor para a língua indígena só poderá ocorrer no início de 2017, em função da necessidade de aprovação desse projeto das comunidades indígenas pelo o Conselho Municipal de Educação. Afirmou ainda que submeter a proposta de atividade ao conselho no final do ano letivo garante que essa demanda seja incluída no plano de ação da secretaria, de modo que uma eventual mudança nos gestores da prefeitura não possa alterar o que foi aprovado. Com esta informação, faz-se necessário uma nova conversa com professores e lideranças a respeito do intercâmbio.

9.1.3.2. TI ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

9.1.3.2.1. Realização de viagens para sistematização das demandas (Ação já executada pelo MEC e FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.2.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA¹⁵ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação Concluída

Para o desenvolvimento das atividades durante o biênio de 2016/2017, a equipe do PEEI e de outros programas, quais sejam Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI), Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPC), Programa de Fortalecimento Institucional (PFI), Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI) e Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI) adotaram a estratégia de integração de ações, a qual visa facilitar a compreensão dos processos por parte dos indígenas, de modo que as atividades façam sentido no dia-dia das comunidades, além de atender às recomendações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Para tanto, cada coordenador dos referidos programas iniciou, em fevereiro de 2016, seu planejamento para as atividades previstas e, entre 13 e 21 de março de 2016, toda a equipe técnica reuniu-se em Altamira para a elaboração do planejamento conjunto das ações integradas (**Figuras 9.1 - 27 – 1 e 9.1 - 28**).

¹⁵ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.



Figura 9.1. – 27 – Coordenadores e equipe de campo discutindo as diretrizes das atividades conjuntas.



Figura 9.1 - 28 – Sistematização do planejamento integrado de ações. Data: 18/03/2016.

Durante este período, a equipe integrada organizou um detalhamento das atividades, bem como elaborou uma proposta metodológica de implementação das mesmas. Tal metodologia foi discutida e validada com os indígenas durante o planejamento participativo, o qual ocorreu na segunda quinzena de abril/16. Esta tem como fundamento a construção de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para as Terras Indígenas (TIs), de modo a incentivar a organização política dos povos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu de acordo com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI¹⁶).

Tal metodologia irá compreender, ao longo de dois anos, a realização de 6 (seis) encontros para a discussão das etapas de construção do PGTA de cada TI, de modo que cada encontro de trabalho irá gerar atividades práticas - relacionadas às ações de todos os programas - a serem desenvolvidas no período compreendido entre um encontro e outro. Essas atividades, por sua vez, irão produzir uma série de informações que serão trabalhadas no encontro subsequente. O número de participantes dessas oficinas será definido em conjunto com os indígenas, sob orientação e coordenação do PGTI.

Faz-se necessário lembrar que todos os encontros terão suas metodologias específicas, levando em conta as necessidades e organizações socioculturais próprias dos povos em questão, além das orientações da FUNAI e diretrizes da PNGATI. O detalhamento desta ação está relatado no RCS do Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI). Neste sentido, o PEEI participará da elaboração do PGTA apoiando a discussão sobre um dos eixos temáticos deste documento, referente à educação escolar, com atividades específicas para discutir este tema.

¹⁶ **Decreto nº 7.747**, de 5 de julho de 2012, Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências.

Com o início da mobilização das comunidades, a equipe convidou as lideranças indígenas e outros atores sociais das comunidades dos povos Juruna e Arara da VGX para apresentar os técnicos e as ações previstas, bem como a proposta de metodologia integrada, a qual será norteada pela elaboração dos PGTA's. Assim, no dia 22/03/2016 foi realizada uma reunião com todas as lideranças das 6 (seis) aldeias nas quais a executora desenvolverá as atividades do PBA-CI (**Anexo 9.1 – 1**).

Nesta reunião (**Figuras 9.1 – 29 e 9.1 – 30**) foram apresentadas as atividades previstas para a TI Paquiçamba, para a TI Arara da Volta Grande do Xingu e para a Área Indígena Juruna do km-17.



Figura 9.1 – 29 – Lideranças indígenas da VGX e AI Juruna do km-17, em reunião com a equipe técnica. Data: 22/03/2016.



Figura 9.1.– 30 – Reunião para apresentação da equipe e atividades previstas para o biênio 2016-2017. Data: 22/03/2016

Na parte da manhã, todos se apresentaram (indígenas e técnicos) e cada membro da equipe esclareceu o papel que irá exercer dentro dos cinco programas (PGTI, PPC, PFI, PISI e PEEI). Em seguida, com o auxílio de tarjetas coloridas, todos os programas foram explicados e suas atividades foram elencadas (**Figuras 9.1 – 31 e 9.1 – 32**). No período da tarde, a equipe abordou seu plano de trabalho e apresentou uma proposta metodológica de integração entre todos os programas através da elaboração de um PGTA, orientado por uma legislação específica, a PNGATI.

Foram abordados, de maneira geral, os conceitos de PGTA, PNGATI e políticas públicas, sendo ressaltado que esses temas serão aprofundados durante a execução das atividades nas aldeias. Foi esclarecido que a equipe irá auxiliar a construção dos PGTA's das TIs ali representadas, mas que a participação e envolvimento das comunidades é fundamental para a elaboração deste documento, sem a qual o trabalho não atingirá seu pleno potencial, ou seja, promover o protagonismo indígena.

Em seguida, as tarjetas com o nome das atividades de todos os programas foram reorganizadas em um painel, de modo a ilustrar a metodologia de execução das diversas atividades de modo integrado. Esta explanação dividiu as atividades em seis grandes encontros, os quais servirão para a elaboração de cada etapa de construção

dos PGTAs, além de orientar as atividades a serem realizadas durante os meses entre um encontro e outro. Além disso, foi reforçado que os PGTAs já tiveram seu início com as atividades realizadas nos dois anos anteriores. Tais encontros servirão, portanto, para a organização e sistematização de informações, de modo a construir um documento que permita o diálogo com as diversas instituições parceiras ou governamentais, atendendo à legislação vigente.



Figura 9.1 – 31 – Apresentação dos Programas e Atividades com o auxílio de tarjetas coloridas.



Figura 9.1 – 32 – Início da organização da execução atividades de forma integrada, através das oficinas de elaboração dos PGTAs.

Por fim, explicou-se que a equipe fará apresentações em todas as aldeias no mês de abril de 2016 para compartilhar este planejamento de ações e pactuar uma agenda de trabalho, fazendo os ajustes necessários e definindo a metodologia específica para cada atividade ou povo.

A seguir, são apresentadas as atividades executadas por Terra Indígena no primeiro semestre de 2016. Entretanto, a primeira atividade realizada pelo Programa de Educação Escolar Indígena tem metodologia de execução que abrange a discussão e planejamento conjunto entre equipe do PEEI e representantes dos povos Juruna e Arara da VGX, além das equipes da SEMED de Vitória do Xingu e da SEMED de Senador José Porfírio, conforme relatado abaixo.

Durante a reunião com as lideranças indígenas na cidade de Altamira (**Figuras 9.1 – 29 a 9.1. – 32**), surgiram questionamentos sobre algumas atividades específicas do PEEI, como os intercâmbios e as oficinas de formação continuada para professores indígenas. A coordenação do programa esclareceu que tais questões e outras demandas referentes à essa temática deveriam ser discutidas e planejadas em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), as Secretarias Municipais de Educação (SEMEDs), órgãos governamentais responsáveis pelo planejamento e execução das Políticas Públicas de Educação, com os professores indígenas e as lideranças ou outros representantes das comunidades indígenas. Para tanto, foi proposto realizar um encontro envolvendo os atores acima mencionados, além da FUNAI, da Norte Energia (PEEI) e outras instituições afetas à educação escolar indígena, com o objetivo de

realizar uma avaliação das ações já executadas nos anos anteriores, bem como obter um diagnóstico atualizado da educação escolar indígena nos municípios de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, responsáveis pelas políticas públicas junto aos povos Juruna e Arara da VGX, respectivamente.

A partir deste diagnóstico será possível estabelecer um Plano de Trabalho conjunto, que atenda à necessidade atual das comunidades, além de ficarem definidas as responsabilidades de cada instituição ou comunidade.

Com o aval das lideranças, a equipe do PEEI marcou uma reunião com representantes das SEMEDs dos municípios acima mencionados (**Anexo 9.1 – 2**). Este encontro (**Anexo 9.1 – 3**), realizado no dia 24 de março de 2016 na sede da SEMED de Vitória do Xingu, teve como objetivo apresentar a equipe do PEEI, bem como as ações previstas neste programa no contexto do PBA-CI (**Figuras 9.1 – 32 e 9.1 – 39**).



Figura 9.1 – 32 – Equipe do PEEI em reunião com representantes das SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.



Figura 9.1 – 33 – Discussão sobre o compartilhamento de responsabilidades entre equipes do PEEI e das SEMEDs na mobilização das comunidades indígenas para início das atividades.

Esta reunião marcou o início da mobilização para a realização da presente atividade, cujo planejamento ocorreu em conjunto entre PEEI e SEMEDs. É importante ressaltar que esta atividade não possui metodologia de execução por TI, pois a recente implementação de uma política indigenista de educação regionalizada (Vide 5º Relatório Consolidado Semestral – RCS, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em julho de 2015) trouxe para o Médio Xingu um grande avanço, devido a proposta de construção de um novo modelo de planejamento e gestão da educação escolar indígena, tendo como principal referência a forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas e culturais. Dessa forma, a equipe do PEEI considera relevante e importante a troca de experiências de ambos os povos da região da VGX (Juruna e Arara da VGX) e o debate conjunto das políticas públicas de educação.

As ações nas aldeias referentes à esta atividade iniciaram-se com as articulações institucionais acima mencionadas para a ocorrência da atividade. A mobilização dos indígenas, já iniciada em março de 2016 durante reunião conjunta em Altamira com as lideranças, teve sua continuação em abril de 2016, compreendendo a apresentação da equipe do PEEI em todas as aldeias do povo Juruna (**Figuras 9.1 – 34 a 9.1 – 37 e Anexo 9.1.3 – 4 e Anexo 9.1 - 5**) e nas duas aldeias do povo Arara da VGX (**Figuras 9.1 – 38 e 9.1 – 39**), **Anexo 9.1 – 6**.

A pactuação para a realização do seminário e o detalhamento das atividades previstas no PEEI, foram discutidas nestas ocasiões. Para realização do seminário, foi sugerida uma data e indicado o local para realização da presente atividade. Ressalta-se que essa ação, de apresentação das atividades e pactuação de cronograma de atividades, ocorreu em integração com as equipes de todos os demais programas (PGTI, PFI, PPC e PISI).



Figura 9.1 – 34 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Furo Seco (TI Paquiçamba).



Figura 9.1 – 35 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Miratu (TI Paquiçamba).



Figura 9.1 – 36 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Paquiçamba (TI Paquiçamba)



Figura 9.1 – 37 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Boa Vista (AI Juruna do Km-17).



Figura 9.1 – 38 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Guary-Duan (TI Arara da VGX).



Figura 9.1 – 39 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Terrawangã (TI Arara da VGX).

Dessa maneira, ficou acordado que o seminário ocorreria nos dias 28 e 29 de abril, na aldeia Boa Vista (AI Juruna do Km-17), a equipe do PEEI procedeu com as comunicações oficiais para convidar as demais instituições afetas à educação dos povos Juruna e a Arara da VGX (Ofícios enviados nos **Anexos 9.1 – 7 a 9.1 – 10**).

A atividade foi realizada nos dias 28 e 29 de abril de 2016, na aldeia Boa Vista (AI Juruna do km-17) e contou com a participação de professores e lideranças de todas as aldeias dos povos Juruna e Arara da VGX, além de representantes das SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e equipe do PEEI (**Anexo 9.1 – 11**). O Secretário Municipal de Educação de Vitória do Xingu também compareceu ao evento e reforçou a importância do mesmo e das parcerias para o avanço nas discussões sobre educação escolar indígena na região (**Figura 9.1 – 40**).

De acordo com as diretrizes do PBA-CI¹⁷, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI¹⁸, a metodologia de trabalho necessária para estruturar uma política específica de educação escolar indígena na região compreende a realização dos seminários e reuniões técnicas, além da gestão compartilhada.

Desta forma, há de se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre o PEEI, as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela educação escolar indígena; bem como a participação das comunidades e das organizações indígenas envolvidas.

Como resultado desta pactuação espera-se a definição das atribuições acordadas e documentadas das responsabilidades de cada instituição e da organização escolar indígena, de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo as metas em conjunto para essa ação.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos proposto para esse projeto: apoiar a discussão, a elaboração e implementação das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de gestão compartilhada conforme determina a LDB¹⁹.

Partindo das premissas apresentadas, foi proposta a realização de uma atividade para avaliar o atual cenário da educação escolar indígena para os povos Juruna e Arara da VGX, de modo que os desafios identificados conduzissem o planejamento conjunto entre PEEI, SEMEDs, professores e comunidades indígenas das ações previstas no PBA-CI.

Tal exercício foi de fundamental importância para que as principais referências para a gestão compartilhada das ações do referido programa se baseassem na forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas e culturais.

Esta atividade foi moderada por uma especialista em educação escolar indígena e foi dividida em três etapas. Após a apresentação pela coordenadora do PEEI (**Figura 9.1 – 41**) e o estabelecimento dos acordos de convivência, realizou-se uma chuva de ideias conjunta, para que os problemas ou desafios da educação indígena fossem identificados (**Figuras 9.1 – 42 e 9.1 – 43**). Em seguida, os indígenas foram divididos em grupos por Terra Indígena - TI Paquiçamba, TI Arara da VGX e AI Juruna do Km-17 (**Figura 9.1 –**

¹⁷ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

¹⁸ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

¹⁹ **LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

44) para proporem as soluções para os problemas levantados (Figuras 9.1 – 45 a 9.1 – 47).



Figura 9.1 – 40 – Secretário Municipal de Educação de Vitória do Xingu, prestigiando o evento e reforçando a importância das parcerias.



Figura 9.1 – 41 – Equipe do PEEI fazendo a abertura do evento.



Figura 9.1 – 42 – Moderadora iniciando a chuva de ideias sobre os problemas do atual cenário da educação indígena na região.

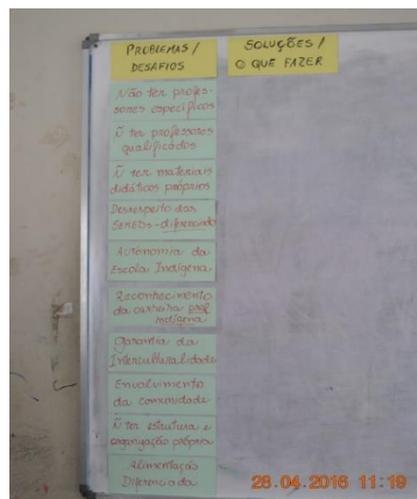


Figura 9.1 – 43 – Problemas ou desafios levantados pelos indígenas.



Figura 9.1 – 44 – Grupos de trabalho por Terra Indígena.



Figura 9.1 – 45 – Professores da TI Paquiçamba apresentando suas sugestões de soluções para cada problema identificado.



Figura 9.1 – 46 – Professores da TI Arara da VGX apresentando suas sugestões de soluções para cada problema identificado.



Figura 9.1 – 47 – Professores da AI Juruna do Km-17 apresentando suas sugestões de soluções para cada problema identificado.

Após o levantamento de desafios e possíveis soluções, a moderadora falou rapidamente sobre cada sugestão apresentada e propôs aos participantes a sistematização das informações, através da união de sugestões equivalentes e eliminação de algumas repetidas, de modo que todas se mantivessem contempladas (**Figuras 9.1 – 48 e 9.1 - 49**).



Figura 9.1 – 48 – Moderadora do seminário refletindo sobre todas as soluções propostas pelos indígenas.



Figura 9.1 – 49 – Início da sistematização das informações pelos participantes.

Em seguida, todos os aspectos levantados foram separados pelos indígenas em dois grupos, de acordo com o responsável pela implementação de cada sugestão, quais sejam as SEMEDs (ou demais órgãos de governo) ou as próprias comunidades.

Ainda, uma segunda divisão foi feita com relação à área que determinada sugestão afetaria, fosse ela no âmbito organizacional/estrutural ou pedagógico. Dessa etapa, surgiu uma matriz de ações prioritárias para os povos Juruna e Arara da VGX com relação à implementação de uma educação diferenciada e de qualidade, atribuindo responsabilidades entre os diferentes atores envolvidos (**Figura 9.1 – 50**).

A partir do levantamento das prioridades, a equipe do PEEI fez uma breve explicação sobre o programa, suas diretrizes e objetivos, e lembrou de ações anteriormente realizadas e apoiadas pelo PBA-CI. Foi esclarecido que o PEEI oferece apoio técnico e especializado às SEMEDs e comunidades, através da contratação de especialistas em educação indígena, apoio logístico para oficinas de capacitação de professores e acompanhamento pedagógico nas comunidades.

Além disso, foi lembrado que o programa tem como premissa básica a gestão compartilhada, ou seja, o planejamento e a execução conjunta entre equipe do PEEI, das SEMEDs e comunidades indígenas.

Com as devidas prioridades identificadas e a explicação sobre o PEEI, foi possível esclarecer o escopo de atuação da equipe, a qual será parceira na execução de atividades sob responsabilidade das comunidades e no âmbito pedagógico da escola (**Figura 9.1 – 50**). Assim, realizou-se o planejamento conjunto inicial de atividades que podem ser apoiadas pelas ações do PBA-CI (**Anexo 9.1 – 12**).

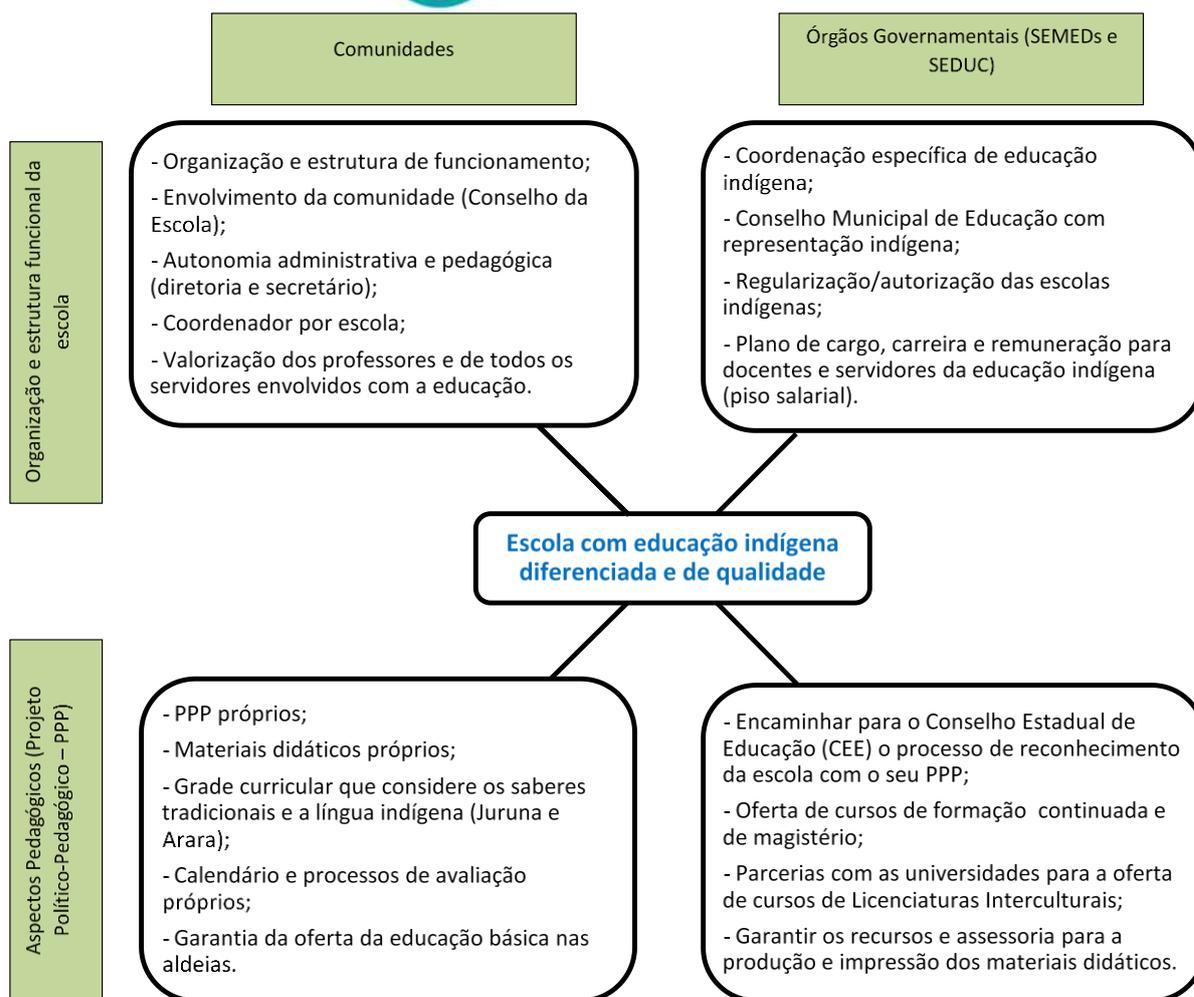


Figura 9.1 – 50 – Matriz de responsabilidades para implementação de ações prioritárias no âmbito da educação indígena diferenciada e de qualidade.

Ao final do seminário, todos fizeram uma avaliação positiva da atividade e reforçaram a importância das parcerias. Foram entregues certificados de participação a todos os presentes e a atividade se encerrou com a garantia de professores e lideranças no comprometimento às questões da educação e envolvimento das comunidades na execução das atividades (**Figura 9.1 – 51**).



Figura 9.1 – 51 – Participantes do 1º Seminário de avaliação e acompanhamento da implementação de Políticas de Educação Escolar Indígena nos municípios de Vitória do Xingu-PA (povo Juruna) e Senador José Porfírio-PA (povo Arara da VGX). Data: 29/04/2016.

9.1.3.2.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação em andamento

De acordo com o cronograma do PO, esta atividade estava prevista para ser executada até 2015. Conforme RCS acima mencionado, o PEEI promoveu uma oficina conjunta entre todos os povos do Médio Xingu em outubro de 2014 para orientação e início da elaboração participativa do PPP. Além dessa oficina, a equipe do PEEI ajudou os Arara da TI Arara da VGX durante as etapas de construção participativa nas aldeias, resultando no documento constante no **Anexo 9.1 – 15**, de julho de 2015.

Entretanto, a equipe do PEEI foi solicitada a acompanhar a implementação deste documento e promover uma oficina para avaliação do mesmo, de modo a complementar, principalmente, a discussão referente à matriz curricular diferenciada e as possibilidades de materiais didáticos que a escola pode oferecer a seus alunos. Dessa forma, durante a realização do Seminário de Educação relatado anteriormente neste RCS, essa discussão ficou acordada para ser realizada na aldeia Terrawangã na segunda semana do mês de setembro/16.

9.1.3.2.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente atividade teve seu planejamento iniciado durante realização da atividade descrita no item 9.1.3.1 deste RCS e, por ocorrer integrada à atividade “*Realização de Viagens de Intercâmbio para professores indígenas e não indígenas*” do Projeto de Estruturação das Escolas Indígenas, encontra-se mais detalhada no item referente a este pacote de trabalho 9.2.

Conforme relatado pelos participantes do seminário de educação, os Arara da VGX têm o anseio de aprender a língua indígena e outros aspectos culturais que envolvam o conhecimento de seus antepassados. Assim, as trocas de experiência previstas para a presente atividade estão sendo planejadas com professores, lideranças e representantes da SEMED de Senador José Porfírio objetivando esse aprendizado. Este objetivo possui interface com a atividade “*Intercâmbio entre Arara da Volta Grande do Xingu e Arara da Cachoeira Seca*”, do Programa de Patrimônio Cultural (PPC) (Vide Pacote de Trabalho 11.1 - Projeto de apoio à Produção Artística e Cultural - RCS_PBA-CI_PPC.1_jun.16).

Durante o seminário relatado no item 9.1.3.1, foi sugerida pelos indígenas a contratação de um professor Arara, nativo em sua língua, para trabalhar nas aldeias da TI Arara da VGX durante o período de um ano letivo. Se viável, o planejamento das atividades desse professor será realizado em conjunto com professores, representantes das comunidades, equipes da SEMED de Senador José Porfírio e do PEEI, com o objetivo de pensar ações que ampliem e diversifiquem, nas aldeias, os espaços de aprendizado da língua Arara, tanto entre adultos como entre os mais jovens.

Neste momento, ficaram apenas definidas as responsabilidades dos diversos atores envolvidos para articular essa experiência de intercâmbio. Dessa forma, com relação a este professor, a SEMED de Senador José Porfírio se responsabilizou pela contratação, as comunidades indígenas se comprometeram com a estadia e a equipe do PEEI assegurou o transporte, a alimentação e os materiais necessários às oficinas e/ou ações oriundas do planejamento conjunto. Além disso, uma possível professora para a língua Arara foi identificada: a esposa do professor da aldeia Miratu (TI Paquiçamba), que participava do seminário, é nascida na TI Cachoeira Seca e, portanto, falante nativa da língua Arara, além de ser formada no magistério indígena.

Em reunião interinstitucional para definir os próximos passos para a articulação desse intercâmbio (**Anexo 9.1 – 16**), a Secretária de Educação de Senador José Porfírio assegurou o comprometimento da SEMED com os povos indígenas e informou que estabeleceram uma portaria definindo a língua indígena como disciplina complementar, sem cunho avaliativo. Com isso, a SEMED pode proceder com a contratação de um professor para a língua indígena a partir de agosto, início do segundo semestre letivo.

Assim, ficou acordado que em agosto, representantes do PEEI e da SEMED articularão uma reunião nas aldeias da TI Arara da VGX para discutir e planejar as ações do referido intercâmbio.

9.1.3.3. TI TRINCHEIRA BACAJÁ

9.1.3.3.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.3.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação em andamento

O Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais (TEE), trouxe um precedente político-jurídico aos movimentos indígenas brasileiros, pois permitiu a organização da educação escolar indígena de acordo com a territorialidade de seus povos. A partir daí, intensifica-se e revigora-se a discussão sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas, sob o viés da educação.

A publicação da Portaria Ministerial nº 1.062, em outubro de 2013, que institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, além de definir e precisar o funcionamento dos etnoterritórios e do regime de colaboração entre as partes envolvidas em sua pactuação e ações expressas no Plano de Ação de cada Território Etnoeducacional, parece ter lançado novos insumos de energia e interesse na política.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI²⁰, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI²¹, para apoiar a realização do seminário anual e/ou o encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu TEEMX, faz-se necessário, primeiramente, estabelecer os critérios de governança para a realização

²⁰ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

²¹ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

desta atividade. Desta forma, há que se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre a equipe técnica do PEEI e as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação e execução das ações voltadas para a educação escolar indígena.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos propostos para esse projeto: apoiar a discussão e a elaboração das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de *gestão compartilhada* conforme determina a LDB²².

Como resultado dessa pactuação, espera-se definir as atribuições e as respectivas responsabilidades, respeitando o princípio de *gestão compartilhada* de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo assim, as metas em conjunto para essa ação.

Para a preparação do encontro anual do TEEMX, a equipe do PEEI, realizou uma reunião de alinhamento em 25 de abril de 2016, onde foram apontados os principais critérios para realização do encontro e a necessidade de fazer a apresentação prévia dessa discussão, afim de preparar os membros do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, visando à realização do evento, (**Figuras 9.1 - 52 e 9.1 - 53**)



Figura 9.1 - 52 - Reunião de alinhamento do TEEMX, 02/05/2016



Figura 9.1 - 53 - Reunião de alinhamento das executoras do PBA-CI

Nesse encontro ficou acertado que a equipe do PEEI irá apresentar junto às comunidades e organizações indígenas afetas a essa temática, a realização do encontro do TEEMX. Para tanto, será necessário obter junto às organizações indígenas, a indicação dos representantes que irão participar deste evento.

²² LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Em seguida foi realizada uma reunião interinstitucional de alinhamento, na sede da SEDUC/10ª URE, em 02/05/2016, conforme (**Figura 9.1 – 53**), para a realização do encontro do TEEMX. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Pará (SECUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMED) dos municípios de Altamira e Vitória Do Xingu e a equipe do PEEI (**Anexo 9.1 -17**)

Com a reunião do TEEMX, a ser realizada em setembro de 2016, pretende-se buscar entre todos os participantes os rumos que a educação escolar irá tomar nas comunidades indígenas.

Abaixo é apresentada a lista de participantes da última reunião do TEEMX, realizada em 2014 - **Quadro 9.1 - 1.** – Representantes indígenas da TI Trincheira Bacajá, tendo em vista a reunião ocorrida em 19 de março de 2014. A participação desses representantes será validada junto às comunidades indígenas.

Quadro 9.1 - 1 – Representantes indígenas da TI Trincheira Bacajá no TEEMX

TITULAR	SUPLENTE	POVO	ALDEIA
Bep Komati Xikrin	Bep Djare Xikrin	Xikrin	Mrötijdjãm
Katendjo Kayapó	Katedjyre Xikrin	Xikrin	Bacajá
Bep Ngranti Xikrin	Bepnhô Xikrin	Xikrin	Py-takô
À confirmar	À confirmar	Xikrin	Kenkudjoy
À confirmar	À confirmar	Xikrin	Pat-krô
Britere Kayapó	Katenot Xikrin	Xikrin	Kamok-tiko
Bemorô Xikrin	Kanoi Xikrin	Xikrin	Krãnh
Ngrenhdjam Xikrin	Domingas S. Costa	Xikrin	Pukayakó

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED-ATM)

9.1.3.3.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação Concluída

De acordo com o cronograma do PO, esta atividade estava prevista para ser executada até 2015. Conforme *4º Relatório Consolidado Semestral – RCS, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015*, o PEEI promoveu uma oficina conjunta entre todos os povos do Médio Xingu em outubro de 2014 para orientação e início da elaboração participativa do PPP.

No mês de março de 2015, a equipe do PEEI, juntamente com a equipe da SEMED de Altamira, deslocou-se para as aldeias para iniciar a elaboração do PPP com as comunidades. Um dos professores indígenas, da aldeia Rapkô, compôs a equipe técnica com a finalidade de traduzir as discussões para a língua materna. Após a sistematização das informações coletadas em todas as aldeias, todos os professores

indígenas reuniram-se no mês de junho de 2015, em Altamira, com a equipe do PEEI e da SEMED para a unificação do documento. Vários pontos ficaram em aberto, visando uma nova discussão em conjunto com as lideranças do povo Xikrin, além de representantes das comunidades.

A consolidação do documento (Versão Final do PPP da escola do povo Xikrin no **Anexo 9.1 – 18**) final foi realizada na aldeia Bacajá no período entre 15 e 17 de julho de 2015, com a participação de todos os professores indígenas, das lideranças de todas as aldeias e membros da comunidade da aldeia Bacajá.

9.1.3.3.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente ação tem por objetivo contribuir com o processo de formação continuada para os professores indígenas, partindo do pressuposto que o intercâmbio irá propiciar troca de experiências tanto no âmbito cultural, como no aspecto educacional. Desta forma, para realizar os intercâmbios para o magistério indígena, faz-se necessário esclarecer que tais questões e outras demandas referentes à essa temática, precisam ser debatidas, pactuadas e planejadas em conjunto com as instituições responsáveis pela implementação e execução das políticas educacionais para indígenas (MEC, SEDUC e SEMEDs), envolvendo também as lideranças e/ou representantes das comunidades indígenas.

A proposta do intercâmbio no contexto do PEEI, tem por objetivo propiciar as trocas de experiências entre o magistério indígena da região do médio Xingu apresentando a eles, propostas educacionais desenvolvidas para povos indígenas de outras regiões. Sendo assim, com o objetivo de promover a troca de experiências entre os professores indígenas e os professores da Universidade, para a execução desta ação, procurou-se estabelecer um diálogo entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Coordenação do Curso de Letras e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), especificamente o Instituto Insikiran. Assim, Interlocutores da UFPA propuseram convidar todos os atores envolvidos com a educação indígena na região do médio Xingu para participarem dessa discussão. Como encaminhamento foi proposta a realização de uma reunião para apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN.

Desta forma, foi realizada uma reunião no auditório da UFPA, no dia 05 de abril de 2014, para a apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN (**Anexo 9.1 – 19 e Anexo 9.1 – 20**).

A proposta previa a realização do intercâmbio para o mês de maio, porém em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de

Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

9.1.3.4. TI KOATINEMO

9.1.3.4.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.4.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação em andamento

O Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais (TEE), trouxe um precedente político-jurídico aos movimentos indígenas brasileiros, pois permitiu a organização da educação escolar indígena de acordo com a territorialidade de seus povos. A partir daí, intensifica-se e revigora-se a discussão sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas, sob o viés da educação.

A publicação da Portaria Ministerial nº 1.062, em outubro de 2013, que institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, além de definir e precisar o funcionamento dos etnoterritórios e do regime de colaboração entre as partes envolvidas em sua pactuação e ações expressas no Plano de Ação de cada Território Etnoeducacional, parece ter lançado novos insumos de energia e interesse na política.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI²³, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI²⁴, para apoiar a realização do seminário anual e/ou o encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu TEEMX, faz-se necessário primeiramente estabelecer os critérios de governança para a realização desta atividade. Desta forma, há que se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre a equipe técnica do PEEL e as

²³ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

²⁴ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação e execução das ações voltadas para a educação escolar indígena.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos propostos para esse projeto: apoiar a discussão e a elaboração das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de *gestão compartilhada* conforme determina a LDB²⁵.

Como resultado dessa pactuação, espera-se definir as atribuições e as respectivas responsabilidades, respeitando o princípio da *gestão compartilhada* de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo assim, as metas em conjunto para essa ação.

Para a preparação do encontro anual do TEEMX, a equipe do PEEI, realizou uma reunião de alinhamento em 25 de abril de 2016, onde foram apontados os principais critérios para realização do encontro e a necessidade de fazer a apresentação prévia dessa discussão, a fim de preparar os membros do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, visando à realização do evento (**Figuras 9.1 - 54 e 9.1 - 55**)



Figura 9.1 - 54 - Reunião de alinhamento do TEEMX, 02/05/2016



Figura 9.1 - 55 - Reunião de alinhamento das executoras do PBA-CI

Em seguida foi realizada uma reunião interinstitucional de alinhamento, na sede da SEDUC/10ª URE, em 02/05/2016, conforme (**Figura 9.1 - 55**), para a realização do encontro do TEEMX. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Pará (SECUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMED) dos municípios de Altamira e Vitória Do Xingu e a equipe do PEEI (**Anexo 9.1 - 17**)

²⁵ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Com a reunião do TEEMX, a ser realizada em setembro de 2016, pretende-se buscar entre todos os participantes os rumos que a educação escolar irá tomar nas comunidades indígenas.

9.1.3.4.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

A orientação para elaboração do Projeto Político-Pedagógico foi realizada durante Formação Continuada para Professores Indígenas e Não Indígenas do Médio Xingu, ocorrida em outubro de 2014 (vide 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015).

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 6º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 17 de fevereiro de 2016 pela CE 062/2016-DS.

Entretanto, a equipe do PEEI foi solicitada a acompanhar a implementação deste documento e promover uma oficina para avaliação do mesmo, de modo a complementar, principalmente, a discussão referente à matriz curricular diferenciada. Dessa forma, essa discussão será retomada na segunda semana quinzena do mês de agosto/16.

9.1.3.4.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 6º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 17 de fevereiro de 2016 pela CE 062/2016-DS.

Cabe destacar que, a nova empresa contratada pelo empreendedor para dar continuidade ao desenvolvimento das ações do PBA-CI nesta TI, iniciou suas atividades no 4º trimestre de 2015 e realizou encontros com as aldeias da referida TI, para apresentação da mesma, dos funcionários, e dos programas que a executora irá desenvolver junto à comunidade, inclusive os três (03) projetos do PEEI – Programa de Educação Escolar Indígena.

A proposta previa a realização do intercâmbio para o mês de maio, porém em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de

Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

Assim, as ações previstas para esse pacote de trabalho serão realizadas no segundo semestre, após a reatuação do Plano de trabalho Detalhado.

9.1.3.5. TI ARARA

9.1.3.5.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.5.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação em andamento

O Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais (TEE), trouxe um precedente político-jurídico aos movimentos indígenas brasileiros, pois permitiu a organização da educação escolar indígena de acordo com a territorialidade de seus povos. A partir daí, intensifica-se e revigora-se a discussão sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas, sob o viés da educação.

A publicação da Portaria Ministerial nº 1.062, em outubro de 2013, que institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, além de definir e precisar o funcionamento dos etnoterritórios e do regime de colaboração entre as partes envolvidas em sua pactuação e ações expressas no Plano de Ação de cada Território Etnoeducacional, parece ter lançado novos insumos de energia e interesse na política.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI²⁶, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI²⁷, para apoiar a realização do seminário

²⁶ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

²⁷ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

anual e/ou o encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu TEEMX, faz-se necessário primeiramente estabelecer os critérios de governança para a realização desta atividade. Desta forma, há que se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre a equipe técnica do PEEI e as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação e execução das ações voltadas para a educação escolar indígena.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos propostos para esse projeto: apoiar a discussão e a elaboração das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de *gestão compartilhada* conforme determina a LDB²⁸.

Como resultado dessa pactuação, espera-se definir as atribuições e as respectivas responsabilidades, respeitando o princípio da *gestão compartilhada* de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo assim, as metas em conjunto para essa ação.

Para a preparação do encontro anual do TEEMX, a equipe do PEEI, realizou uma reunião de alinhamento em 25 de abril de 2016, onde foram apontados os principais critérios para realização do encontro e a necessidade de fazer a apresentação prévia dessa discussão, a fim de preparar os membros do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, visando à realização do evento (**Figuras 9.1 - 56 e 9.1 - 57**).



Figura 9.1 - 56 - Reunião de alinhamento do TEEMX, 02/05/2016



Figura 9.1 - 57 - Reunião de alinhamento das executoras do PBA-CI

Em seguida foi realizada uma reunião interinstitucional de alinhamento, na sede da SEDUC/10ª URE, em 02/05/2016, conforme (**Figura 9.1 - 57**), para a realização do

²⁸ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

encontro do TEEMX. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Pará (SECUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMED) dos municípios de Altamira e Vitória Do Xingu e a equipe do PEEI (**Anexo 9.1 - 17**)

Com a reunião do TEEMX, a ser realizada em setembro de 2016, pretende-se buscar entre todos os participantes os rumos que a educação escolar irá tomar nas comunidades indígenas.

Desde o TEEMX de 2014, o representante indígena da aldeia Laranjal, da TI Arara é Tada Arara, e tem como suplente Mundeu Arara. A participação desses representantes será validada junto às comunidades indígenas.

9.1.3.5.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação Concluída

A orientação para elaboração do Projeto Político-Pedagógico foi realizada durante Formação Continuada para Professores Indígenas e Não Indígenas do Médio Xingu, ocorrida em outubro de 2014 (vide 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015).

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 6º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 17 de fevereiro de 2016 pela CE 062/2016-DS.

9.1.3.5.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente ação tem por objetivo contribuir com o processo de formação continuada para os professores indígenas, partindo do pressuposto que o intercâmbio irá propiciar troca de experiências tanto no âmbito cultural, como no aspecto educacional. Desta forma, para realizar os intercâmbios para o magistério indígena, faz-se necessário esclarecer que tais questões e outras demandas referentes à essa temática, precisam ser debatidas, pactuadas e planejadas em conjunto com as instituições responsáveis pela implementação e execução das políticas educacionais para indígenas (MEC, SEDUC e SEMEDs); envolvendo também as lideranças e/ou representantes das comunidades indígenas.

A proposta do intercâmbio no contexto do PEEI, tem por objetivo propiciar as trocas de experiências entre o magistério indígena da região do médio Xingu apresentando a eles, propostas educacionais desenvolvidas para povos indígenas de outras regiões. Sendo assim, com o objetivo de promover a troca de experiências entre os professores indígenas e os professores da Universidade, para a execução desta ação, procurou-se estabelecer um diálogo entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Coordenação do Curso de Letras e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), especificamente o Instituto Insikiran. Assim, Interlocutores da UFPA propuseram convidar todos os atores envolvidos com a educação indígena na região do médio Xingu para participarem dessa discussão. Como encaminhamento foi proposta a realização de uma reunião para apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN.

Desta forma, foi realizada uma reunião no auditório da UFPA, no dia 05 de abril de 2014, para a apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN (**Anexo 9.1 – 19 e Anexo 9.1 – 20**). A proposta previa a realização do intercâmbio para o mês de maio, porém em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

9.1.3.6. KARARAÔ

9.1.3.6.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.6.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação em andamento

O Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais (TEE), trouxe um precedente político-jurídico aos movimentos indígenas brasileiros, pois permitiu a organização da educação escolar indígena de acordo com a territorialidade de seus povos. A partir daí, intensifica-se e revigora-se a discussão sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas, sob o viés da educação.

A publicação da Portaria Ministerial nº 1.062, em outubro de 2013, que institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, além de definir e precisar o funcionamento dos etnoterritórios e do regime de colaboração entre as partes envolvidas em sua pactuação e ações expressas no Plano de Ação de cada Território Etnoeducacional, parece ter lançado novos insumos de energia e interesse na política.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI²⁹, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI³⁰, para apoiar a realização do seminário anual e/ou o encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu TEEMX, faz-se necessário primeiramente estabelecer os critérios de governança para a realização desta atividade. Desta forma, há que se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre a equipe técnica do PEEI e as

²⁹ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

³⁰ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação e execução das ações voltadas para a educação escolar indígena.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos propostos para esse projeto: apoiar a discussão e a elaboração das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de *gestão compartilhada* conforme determina a LDB³¹.

Como resultado dessa pactuação, espera-se definir as atribuições e as respectivas responsabilidades, respeitando o princípio da *gestão compartilhada* de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo assim, as metas em conjunto para essa ação.

Para a preparação do encontro anual do TEEMX, a equipe do PEEI, realizou uma reunião de alinhamento em 25 de abril de 2016, onde foram apontados os principais critérios para realização do encontro e a necessidade de fazer a apresentação prévia dessa discussão, a fim de preparar os membros do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, visando à realização do evento (**Figuras 9.1 - 58 e 9.1 - 59**).



Figura 9.1 - 58 - Reunião de alinhamento do TEEMX, 02/05/2016



Figura 9.1 - 59 - Reunião de alinhamento das executoras do PBA-CI

Em seguida foi realizada uma reunião interinstitucional de alinhamento, na sede da SEDUC/10ª URE, em 02/05/2016, conforme (**Figura 9.1 - 59**), para a realização do encontro do TEEMX. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Pará (SECUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMED) dos municípios de Altamira e Vitória Do Xingu e a equipe do PEEI (**Anexo 9.1 - 17**).

³¹ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Com a reunião do TEEMX, a ser realizada em setembro de 2016, pretende-se buscar entre todos os participantes os rumos que a educação escolar irá tomar nas comunidades indígenas.

Os participantes da última reunião do TEEMX, realizada em 2014, foram os indígenas Britê Kayapó, e o suplente Barikai Kayapó, ambos da TI Kararaô. A participação desses representantes será validada junto às comunidades indígenas.

9.1.3.6.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação em Andamento

A orientação para elaboração do Projeto Político-Pedagógico realizada durante Formação Continuada para Professores Indígenas e Não Indígenas do Médio Xingu, ocorreu em outubro de 2014 (vide 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015).

Em reunião, no dia 24 de março de 2016, com representantes da Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED), representantes da UFPA, PEEI e lideranças indígenas, nas dependências da SEMED, foi levantada a necessidade de finalização e revisão dos PPPs, (**Figura 9.1 - 60**).



Figura 9.1 - 60 - Reunião de apresentação do Plano e Trabalho do PEEI à SEMED (24/03/2016)

Fonte: Executora Unyleya.

A orientação das secretarias de educação das diversas instâncias de governo aponta para uma discussão ampla dos PPPs com toda a comunidade escolar local. O PPP da escola Kararaô está em processo de discussão junto a SEMED para posterior envio ao Conselho Estadual de Educação do Pará – CEE/PA.

O processo de discussão sobre a nova formatação desse ponto do programa está em andamento, e há um diálogo constante com as comunidades indígenas sobre como melhorar a educação escolar; nesse sentido, a revisão do PPP é uma dessas formas.

9.1.3.6.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente ação tem por objetivo contribuir com o processo de formação continuada para os professores indígenas, partindo do pressuposto que o intercâmbio irá propiciar troca de experiências tanto no âmbito cultural, como no aspecto educacional. Desta forma, para realizar os intercâmbios para o magistério indígena, faz-se necessário esclarecer que tais questões e outras demandas referentes à essa temática, precisam ser debatidas, pactuadas e planejadas em conjunto com as instituições responsáveis pela implementação e execução das políticas educacionais para indígenas (MEC, SEDUC e SEMEDs); envolvendo também as lideranças e/ou representantes das comunidades indígenas.

A proposta do intercâmbio no contexto do PEEI, tem por objetivo propiciar as trocas de experiências entre o magistério indígena da região do médio Xingu apresentando a eles, propostas educacionais desenvolvidas para povos indígenas de outras regiões. Sendo assim, com o objetivo de promover a troca de experiências entre os professores indígenas e os professores da Universidade, para a execução desta ação, procurou-se estabelecer um diálogo entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Coordenação do Curso de Letras e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), especificamente o Instituto Insikiran. Assim, Interlocutores da UFPA propuseram convidar todos os atores envolvidos com a educação indígena na região do médio Xingu para participarem dessa discussão. Como encaminhamento foi proposta a realização de uma reunião para apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN.

Desta forma, foi realizada uma reunião no auditório da UFPA, no dia 05 de abril de 2014, para a apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN (**Anexo 9.1 – 19 e Anexo 9.1 – 20**). A proposta previa a realização do intercâmbio para o mês de maio, porém em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

9.1.3.7. TI CACHOEIRA SECA

9.1.3.7.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.7.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação em andamento

O Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais (TEE), trouxe um precedente político-jurídico aos movimentos indígenas brasileiros, pois permitiu a organização da educação escolar indígena de acordo com a territorialidade de seus povos. A partir daí, intensifica-se e revigora-se a discussão sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas, sob o viés da educação

A publicação da Portaria Ministerial nº 1.062, em outubro de 2013, que institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, além de definir e precisar o funcionamento dos etnoterritórios e do regime de colaboração entre as partes envolvidas em sua pactuação e ações expressas no Plano de Ação de cada Território Etnoeducacional, parece ter lançado novos insumos de energia e interesse na política.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI³², mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI³³, para apoiar a realização do seminário anual e/ou o encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu TEEMX, faz-se necessário primeiramente estabelecer os critérios de governança para a realização desta atividade. Desta forma, há que se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre a equipe técnica do PEEI e as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação e execução das ações voltadas para a educação escolar indígena.

³² Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

³³ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai ao encontro de um dos objetivos específicos propostos para esse projeto: apoiar a discussão e a elaboração das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de *gestão compartilhada* conforme determina a LDB³⁴.

Como resultado dessa pactuação, espera-se definir as atribuições e as respectivas responsabilidades, respeitando o princípio da *gestão compartilhada* de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo assim, as metas em conjunto para essa ação.

Para a preparação do encontro anual do TEEMX, a equipe do PEEI, realizou uma reunião de alinhamento em 25 de abril de 2016, onde foram apontados os principais critérios para realização do encontro e a necessidade de fazer a apresentação prévia dessa discussão, a fim de preparar os membros do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, visando à realização do evento (**Figuras 9.1 - 61 e 9.1 - 62**).



Figura 9.1 - 61 - Reunião de alinhamento do TEEMX, 02/05/2016



Figura 9.1 - 62 - Reunião de alinhamento das executoras do PBA-CI

Em seguida foi realizada uma reunião interinstitucional de alinhamento, na sede da SEDUC/10ª URE, em 02/05/2016, conforme (**Figura 9.1 - 62**), para a realização do encontro do TEEMX. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Pará (SECUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMED) dos municípios de Altamira e Vitória Do Xingu e a equipe do PEEI (**Anexo 9.1 - 17**).

Com a reunião do TEEMX, a ser realizada em setembro de 2016, pretende-se buscar entre todos os participantes os rumos que a educação escolar irá tomar nas comunidades indígenas.

³⁴ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

No caso das aldeias Iriri e Cojubim, os representantes da reunião de 2014 estão indicados no **Quadro 9.1 - 2**, abaixo. A participação desses representantes será validada junto às comunidades indígenas.

Quadro 9.1 - 2– Representantes indígenas da TI Cachoeira Seca no TEEMX

TITULAR	SUPLENTE	POVO	ALDEIA
Timbektodem Arara	Adoum Arara	Arara	Iriri
Rosivaldo Xipaya	Antônio	Xipaya	Cojubim

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED-ATM)

9.1.3.7.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação Concluída

Orientação para elaboração do Projeto Político-Pedagógico realizada durante Formação Continuada para Professores Indígenas e Não Indígenas do Médio Xingu, ocorrida em outubro de 2014 (vide 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015).

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 6º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 17 de fevereiro de 2016 pela CE 062/2016-DS.

9.1.3.7.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente ação tem por objetivo contribuir com o processo de formação continuada para os professores indígenas, partindo do pressuposto que o intercâmbio irá propiciar troca de experiências tanto no âmbito cultural, como no aspecto educacional. Desta forma, para realizar os intercâmbios para o magistério indígena, faz-se necessário esclarecer que tais questões e outras demandas referentes à essa temática, precisam ser debatidas, pactuadas e planejadas em conjunto com as instituições responsáveis pela implementação e execução das políticas educacionais para indígenas (MEC, SEDUC e SEMEDs); envolvendo também as lideranças e/ou representantes das comunidades indígenas.

A proposta do intercâmbio no contexto do PEEI, tem por objetivo propiciar as trocas de experiências entre o magistério indígena da região do médio Xingu apresentando a eles, propostas educacionais desenvolvidas para povos indígenas de outras regiões. Sendo

assim, com o objetivo de promover a troca de experiências entre os professores indígenas e os professores da Universidade, para a execução desta ação, procurou-se estabelecer um diálogo entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Coordenação do Curso de Letras e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), especificamente o Instituto Insikiran. Assim, Interlocutores da UFPA propuseram convidar todos os atores envolvidos com a educação indígena na região do médio Xingu para participarem dessa discussão. Como encaminhamento foi proposta a realização de uma reunião para apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN.

Desta forma, foi realizada uma reunião no auditório da UFPA, no dia 05 de abril de 2014, para a apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN (**Anexo 9.1.3 – 19 e Anexo 9.1.3 – 20**). A proposta previa a realização do intercâmbio para o mês de maio, porém em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

9.1.3.8. TI XIPAYA

9.1.3.8.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.8.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação em andamento

O Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais (TEE), trouxe um precedente político-jurídico aos movimentos indígenas brasileiros, pois permitiu a organização da educação escolar indígena de acordo com a territorialidade de seus povos. A partir daí, intensifica-se e revigora-se a discussão sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas, sob o viés da educação.

A publicação da Portaria Ministerial nº 1.062, em outubro de 2013, que institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, além de definir e precisar o funcionamento dos etnoterritórios e do regime de colaboração entre as partes envolvidas em sua pactuação e ações expressas no Plano de Ação de cada Território Etnoeducacional, parece ter lançado novos insumos de energia e interesse na política.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI³⁵, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI³⁶, para apoiar a realização do seminário anual e/ou o encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu TEEMX, faz-se necessário primeiramente estabelecer os critérios de governança para a realização desta atividade. Desta forma, há que se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre a equipe técnica do PEEI e as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação e execução das ações voltadas para a educação escolar indígena.

³⁵ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

³⁶ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos propostos para esse projeto: apoiar a discussão e a elaboração das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de *gestão compartilhada* conforme determina a LDB³⁷.

Como resultado dessa pactuação, espera-se definir as atribuições e as respectivas responsabilidades, respeitando o princípio da *gestão compartilhada* de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo assim, as metas em conjunto para essa ação.

Para a preparação do encontro anual do TEEMX, a equipe do PEEI, realizou uma reunião de alinhamento em 25 de abril de 2016, onde foram apontados os principais critérios para realização do encontro e a necessidade de fazer a apresentação prévia dessa discussão, a fim de preparar os membros do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, visando à realização do evento (**Figuras 9.1 - 63 e 9.1 - 64**).



Figura 9.1 - 63 - Reunião de alinhamento do TEEMX, 02/05/2016



Figura 9.1 - 64 - Reunião de alinhamento das executoras do PBA-CI

Em seguida foi realizada uma reunião interinstitucional de alinhamento, na sede da SEDUC/10ª URE, em 02/05/2016, conforme (**Figura 9.1 – 64**), para a realização do encontro do TEEMX. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Pará (SECUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMED) dos municípios de Altamira e Vitória Do Xingu e a equipe do PEEI (**Anexo 9.1 - 17**)

Com a reunião do TEEMX, a ser realizada em setembro de 2016, pretende-se buscar entre todos os participantes os rumos que a educação escolar irá tomar nas comunidades indígenas.

³⁷ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

No caso das aldeias Tukayá e Tukamã, da TI Xipaya, os representantes da edição de 2014 da reunião estão indicados no **Quadro 9.1 - 3**, abaixo.

Quadro 9.1 – 3 – Representantes indígenas da TI Xipaya no TEEMX

TITULAR	SUPLENTE	POVO	ALDEIA
Lindomar Xipaya	Inês Xipaya	Xipaya	Tukayá
Kwazady Xipaya	Edina Xipaya	Xipaya	Tukamã

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED-ATM)

A participação desses representantes será validada junto às comunidades indígenas.

9.1.3.8.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação Concluída

O Projeto Político-Pedagógico da escola do povo Xipaya encontra-se finalizado desde dezembro de 2014 (vide 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015) e contou com o apoio do PEEI.

9.1.3.8.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente ação tem por objetivo contribuir com o processo de formação continuada para os professores indígenas, partindo do pressuposto que o intercâmbio irá propiciar troca de experiências tanto no âmbito cultural, como no aspecto educacional. Desta forma, para realizar os intercâmbios para o magistério indígena, faz-se necessário esclarecer que tais questões e outras demandas referentes à essa temática, precisam ser debatidas, pactuadas e planejadas em conjunto com as instituições responsáveis pela implementação e execução das políticas educacionais para indígenas (MEC, SEDUC e SEMEDs); envolvendo também as lideranças e/ou representantes das comunidades indígenas.

A proposta do intercâmbio no contexto do PEEI, tem por objetivo propiciar as trocas de experiências entre o magistério indígena da região do médio Xingu apresentando a eles, propostas educacionais desenvolvidas para povos indígenas de outras regiões. Sendo assim, com o objetivo de promover a troca de experiências entre os professores indígenas e os professores da Universidade, para a execução desta ação, procurou-se estabelecer um diálogo entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Coordenação do Curso de Letras e a Universidade Federal de Roraima (UFRR),

especificamente o Instituto Insikiran. Assim, Interlocutores da UFPA propuseram convidar todos os atores envolvidos com a educação indígena na região do médio Xingu para participarem dessa discussão. Como encaminhamento foi proposta a realização de uma reunião para apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN.

Desta forma, foi realizada uma reunião no auditório da UFPA, no dia 05 de abril de 2014, para a apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN (**Anexo 9.1 – 19 e Anexo 9.1 – 20**). A proposta previa a realização do intercâmbio para o mês de maio, porém em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

9.1.3.9. TI KURUAYA

9.1.3.9.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.9.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação em andamento

O Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais (TEE), trouxe um precedente político-jurídico aos movimentos indígenas brasileiros, pois permitiu a organização da educação escolar indígena de acordo com a territorialidade de seus povos. A partir daí, intensifica-se e revigora-se a discussão sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas, sob o viés da educação.

A publicação da Portaria Ministerial nº 1.062, em outubro de 2013, que institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, além de definir e precisar o funcionamento dos etnoterritórios e do regime de colaboração entre as partes envolvidas em sua pactuação e ações expressas no Plano de Ação de cada Território Etnoeducacional, parece ter lançado novos insumos de energia e interesse na política.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI³⁸, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI³⁹, para apoiar a realização do seminário anual e/ou o encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu TEEMX, faz-se necessário primeiramente estabelecer os critérios de governança para a realização desta atividade. Desta forma, há que se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre a equipe técnica do PEEI e as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação e execução das ações voltadas para a educação escolar indígena.

³⁸ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

³⁹ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos propostos para esse projeto: apoiar a discussão e a elaboração das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de *gestão compartilhada* conforme determina a LDB⁴⁰.

Como resultado dessa pactuação, espera-se definir as atribuições e as respectivas responsabilidades, respeitando o princípio da *gestão compartilhada* de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo assim, as metas em conjunto para essa ação.

Para a preparação do encontro anual do TEEMX, a equipe do PEEI, realizou uma reunião de alinhamento em 25 de abril de 2016, onde foram apontados os principais critérios para realização do encontro e a necessidade de fazer a apresentação prévia dessa discussão, a fim de preparar os membros do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, visando à realização do evento (**Figuras 9.1 - 65 e 9.1 - 66**).



Figura 9.1 - 65 - Reunião de alinhamento do TEEMX, 02/05/2016



Figura 9.1 - 66 - Reunião de alinhamento das executoras do PBA-CI

Em seguida foi realizada uma reunião interinstitucional de alinhamento, na sede da SEDUC/10ª URE, em 02/05/2016, conforme (**Figura 9.1 - 66**), para a realização do encontro do TEEMX. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Pará (SECUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMED) dos municípios de Altamira e Vitória Do Xingu e a equipe do PEEI (**Anexo 9.1 - 17**).

Com a reunião do TEEMX, a ser realizada em setembro de 2016, pretende-se buscar entre todos os participantes os rumos que a educação escolar irá tomar nas comunidades indígenas.

⁴⁰ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

No caso das aldeias Irinapãne e Curuá, da TI Kuruaya, os representantes da edição de 2014, da reunião, foram os nomeados no **Quadro 9.1 - 4**, abaixo. Os representantes da aldeia Curuatxe ainda serão definidos.

Quadro 9.1 - 4 – Representantes indígenas da TI Kuruaya

TITULAR	SUPLENTE	POVO	ALDEIA
Raimunda Curuaia	Antônio Curuaia	Kuruaya	Irinapãne
Joacir Curuaia	Alaercio	Kuruaya	Curuá
A definir	A definir	Kuruaya	Curuatxe

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED-ATM)

A participação desses representantes será validada junto às comunidades indígenas.

9.1.3.9.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação em andamento

A orientação para elaboração do Projeto Político-Pedagógico foi realizada durante Formação Continuada para Professores Indígenas e Não Indígenas do Médio Xingu, ocorrida em outubro de 2014 (vide 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015).

Desta forma, o planejamento da construção do PPP com a participação da comunidade nas aldeias, estava prevista para ocorrer no 1º semestre de 2016. Entretanto, em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

Desta forma, será repactuada uma nova data para essa atividade com a SEMED de Altamira e as comunidades indígenas da TI Kuruaya.

9.1.3.9.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente ação tem por objetivo contribuir com o processo de formação continuada para os professores indígenas, partindo do pressuposto que o intercâmbio irá propiciar troca de experiências tanto no âmbito cultural, como no aspecto educacional. Desta forma, para realizar os intercâmbios para o magistério indígena, faz-se necessário

esclarecer que tais questões e outras demandas referentes à essa temática, precisam ser debatidas, pactuadas e planejadas em conjunto com as instituições responsáveis pela implementação e execução das políticas educacionais para indígenas (MEC, SEDUC e SEMEDs); envolvendo também as lideranças e/ou representantes das comunidades indígenas.

A proposta do intercâmbio no contexto do PEEI, tem por objetivo propiciar as trocas de experiências entre o magistério indígena da região do médio Xingu apresentando a eles, propostas educacionais desenvolvidas para povos indígenas de outras regiões. Sendo assim, com o objetivo de promover a troca de experiências entre os professores indígenas e os professores da Universidade, para a execução desta ação, procurou-se estabelecer um diálogo entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Coordenação do Curso de Letras e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), especificamente o Instituto Insikiran. Assim, Interlocutores da UFPA propuseram convidar todos os atores envolvidos com a educação indígena na região do médio Xingu para participarem dessa discussão. Como encaminhamento foi proposta a realização de uma reunião para apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN.

Desta forma, foi realizada uma reunião no auditório da UFPA, no dia 05 de abril de 2014, para a apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN (**Anexo 9.1 – 19** e **Anexo 9.1 – 20**). A proposta previa a realização do intercâmbio para o mês de maio, porém em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

9.1.3.10. TI ARAWETÉ IGARAPÉ IPIXUNA

9.1.3.10.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.10.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação em andamento

O Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais (TEE), trouxe um precedente político-jurídico aos movimentos indígenas brasileiros, pois permitiu a organização da educação escolar indígena de acordo com a territorialidade de seus povos. A partir daí, intensifica-se e revigora-se a discussão sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas, sob o viés da educação.

A publicação da Portaria Ministerial nº 1.062, em outubro de 2013, que institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, além de definir e precisar o funcionamento dos etnoterritórios e do regime de colaboração entre as partes envolvidas em sua pactuação e ações expressas no Plano de Ação de cada Território Etnoeducacional, parece ter lançado novos insumos de energia e interesse na política.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI⁴¹, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI⁴², para apoiar a realização do seminário anual e/ou o encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu TEEMX, faz-se necessário primeiramente estabelecer os critérios de governança para a realização desta atividade. Desta forma, há que se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre a equipe técnica do PEEI e as

⁴¹ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

⁴² Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação e execução das ações voltadas para a educação escolar indígena.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos propostos para esse projeto: apoiar a discussão e a elaboração das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de *gestão compartilhada* conforme determina a LDB⁴³.

Como resultado dessa pactuação, espera-se definir as atribuições e as respectivas responsabilidades, respeitando o princípio da *gestão compartilhada* de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo assim, as metas em conjunto para essa ação.

Para a preparação do encontro anual do TEEMX, a equipe do PEEI, realizou uma reunião de alinhamento em 25 de abril de 2016, onde foram apontados os principais critérios para realização do encontro e a necessidade de fazer a apresentação prévia dessa discussão, a fim de preparar os membros do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, visando à realização do evento (**Figuras 9.1 - 67 e 9.1 - 68**).



Figura 9.1 - 67 - Reunião de alinhamento do TEEMX, 02/05/2016



Figura 9.1 - 68 - Reunião de alinhamento das executoras do PBA-CI

Em seguida foi realizada uma reunião interinstitucional de alinhamento, na sede da SEDUC/10ª URE, em 02/05/2016, conforme (**Figura 9.1 – 68**), para a realização do encontro do TEEMX. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Pará (SECUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMED) dos municípios de Altamira e Vitória Do Xingu e a equipe do PEEI (**Anexo 9.1 - 17**)

⁴³ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Com a reunião do TEEMX, a ser realizada em setembro de 2016, pretende-se buscar entre todos os participantes os rumos que a educação escolar irá tomar nas comunidades indígenas.

9.1.3.10.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação em andamento

Orientação para elaboração do Projeto Político-Pedagógico realizada durante Formação Continuada para Professores Indígenas e Não Indígenas do Médio Xingu, ocorrida em outubro de 2014 (vide 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015).

Durante o primeiro semestre de 2015, a equipe do PEEI, sob orientação da FUNAI Altamira/FPEMX, manteve contato com a SEMED de Altamira para planejar a etapa de construção do PPP com as comunidades indígenas da TI, ficando planejada a construção do PPP com a participação da comunidade nas aldeias, prevista para o 1º semestre de 2016. Porém em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

As ações previstas para esse pacote de trabalho serão realizadas no segundo semestre, após a repactuação do Plano de Trabalho Detalhado.

9.1.3.10.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 6º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 17 de fevereiro de 2016 pela CE 062/2016-DS.

Cabe destacar que, a nova empresa contratada pelo empreendedor para dar continuidade ao desenvolvimento das ações do PBA-CI nesta TI, iniciou suas atividades no 4º trimestre de 2015 e realizou encontros com as aldeias da referida TI, para apresentação da mesma, dos funcionários, e dos programas que a executora irá desenvolver junto à comunidade, inclusive os três (03) projetos do PEEI – Programa de Educação Escolar Indígena.



As ações previstas para esse pacote de trabalho serão realizadas no segundo semestre, após a repactuação do Plano de trabalho Detalhado.

9.1.3.11. TI APYTREWA

9.1.3.11.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.11.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação em andamento

O Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que criou os Territórios Etnoeducacionais (TEE), trouxe um precedente político-jurídico aos movimentos indígenas brasileiros, pois permitiu a organização da educação escolar indígena de acordo com a territorialidade de seus povos. A partir daí, intensifica-se e revigora-se a discussão sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas, sob o viés da educação.

A publicação da Portaria Ministerial nº 1.062, em outubro de 2013, que institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, além de definir e precisar o funcionamento dos etnoterritórios e do regime de colaboração entre as partes envolvidas em sua pactuação e ações expressas no Plano de Ação de cada Território Etnoeducacional, parece ter lançado novos insumos de energia e interesse na política.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI⁴⁴, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI⁴⁵, para apoiar a realização do seminário anual e/ou o encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu TEEMX, faz-se necessário primeiramente estabelecer os critérios de governança para a realização desta atividade. Desta forma, há que se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre a equipe técnica do PEEI e as

⁴⁴ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

⁴⁵ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela implementação e execução das ações voltadas para a educação escolar indígena.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos propostos para esse projeto: apoiar a discussão e a elaboração das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de *gestão compartilhada* conforme determina a LDB⁴⁶.

Como resultado dessa pactuação, espera-se definir as atribuições e as respectivas responsabilidades, respeitando o princípio da *gestão compartilhada* de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo assim, as metas em conjunto para essa ação.

Para a preparação do encontro anual do TEEMX, a equipe do PEEI, realizou uma reunião de alinhamento em 25 de abril de 2016, onde foram apontados os principais critérios para realização do encontro e a necessidade de fazer a apresentação prévia dessa discussão, a fim de preparar os membros do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, visando à realização do evento (**Figuras 9.1 - 69 e 9.1 - 70**).



Figura 9.1 - 69 - Reunião de alinhamento do TEEMX, 02/05/2016



Figura 9.1 - 70 - Reunião de alinhamento das executoras do PBA-CI

Em seguida foi realizada uma reunião interinstitucional de alinhamento, na sede da SEDUC/10ª URE, em 02/05/2016, conforme (**Figura 9.1 – 70**), para a realização do encontro do TEEMX. Estavam presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Pará (SECUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMED) dos municípios de Altamira e Vitória Do Xingu e a equipe do PEEI (**Anexo 9.1 - 17**)

⁴⁶ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Com a reunião do TEEMX, a ser realizada em setembro de 2016, pretende-se buscar entre todos os participantes os rumos que a educação escolar irá tomar nas comunidades indígenas.

No caso das aldeias Raio de Sol, Xingu, Apyterewa e Paranopiona, da TI Apyterewa, os representantes da edição de 2014 da reunião do TEEMX foram os nomeados no **Quadro 9.1 - 5**, abaixo.

Quadro 9.1 - 5 – Representantes indígenas da TI Apyterewa no TEEMX

TITULAR	SUPLENTE	POVO	ALDEIA
Awapinima Parakanã	Axia Parakanã	Parakanã	Raio de Sol (Kwarapya-pya)
Kokoa Parakanã	Xegoa Parakanã	Parakanã	Xingu
Tatua Parakanã	Xinara Parakanã	Parakanã	Apyterewa
Xaperia Parakanã	Tapoxayra Parakanã	Parakanã	Paranopiona

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED-ATM)

9.1.3.11.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Ação em andamento

A orientação para elaboração do Projeto Político-Pedagógico realizada durante Formação Continuada para Professores Indígenas e Não Indígenas do Médio Xingu, ocorreu em outubro de 2014 (vide 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015).

Em reunião, no dia 24 de março de 2016, com representantes da Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED), representantes da UFPA, PEEI e lideranças indígenas, nas dependências da SEMED, foi levantada a necessidade de finalização e revisão dos PPPs (**Figura 9.1 - 71**).



Figura 9.1 - 71 - Reunião de apresentação do Plano e Trabalho do PEEI à SEMED (24/03/2016)

Fonte: Executora Unyleya.

A orientação das secretarias de educação das diversas instâncias de governo aponta para uma discussão ampla dos PPPs com toda a comunidade escolar local. O PPP da escola Apyterewa esta em processo de discussão junto a SEMED para posterior envio ao Conselho Estadual de Educação do Pará – CEE/PA.

O processo de discussão sobre a nova formatação desse ponto do programa está em andamento, e há um diálogo constante com as comunidades indígenas sobre como melhorar a educação escolar; nesse sentido, a revisão do PPP é uma dessas formas.

9.1.3.11.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente ação tem por objetivo contribuir com o processo de formação continuada para os professores indígenas, partindo do pressuposto que o intercâmbio irá propiciar troca de experiências tanto no âmbito cultural, como no aspecto educacional. Desta forma, para realizar os intercâmbios para o magistério indígena, faz-se necessário esclarecer que tais questões e outras demandas referentes à essa temática, precisam ser debatidas, pactuadas e planejadas em conjunto com as instituições responsáveis pela implementação e execução das políticas educacionais para indígenas (MEC, SEDUC e SEMEDs); envolvendo também as lideranças e/ou representantes das comunidades indígenas.

A proposta do intercâmbio no contexto do PEEI, tem por objetivo propiciar as trocas de experiências entre o magistério indígena da região do médio Xingu apresentando a eles, propostas educacionais desenvolvidas para povos indígenas de outras regiões. Sendo assim, com o objetivo de promover a troca de experiências entre os professores indígenas e os professores da Universidade, para a execução desta ação, procurou-se estabelecer um diálogo entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Coordenação do Curso de Letras e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), especificamente o Instituto Insikiran. Assim, Interlocutores da UFPA propuseram convidar todos os atores envolvidos com a educação indígena na região do médio Xingu para participarem dessa discussão. Como encaminhamento foi proposta a realização de uma reunião para apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN.

Desta forma, foi realizada uma reunião no auditório da UFPA, no dia 05 de abril de 2014, para a apresentação da Proposta de Intercâmbio dos professores indígenas e não indígenas à UFRR – Instituto INSIKIRAN (**Anexo 9.1 – 19 e Anexo 9.1 – 20**). A proposta previa a realização do intercâmbio para o mês de maio, porém em virtude da Recomendação do Comitê de Crise - Força Tarefa para ações articuladas de combate ao surto de gripe entre os indígenas do Médio Xingu – por meio do Plano de Ação Emergencial para enfrentamento de doenças respiratórias do município de Altamira, a atividade não pode ser executada neste período.

9.1.3.12. AI JURUNA DO KM 17

9.1.3.12.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

Ação Concluída

Maiores detalhes sobre a realização da ação podem ser verificados no 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 11 de fevereiro de 2015 pela CE 035/2015-DS.

9.1.3.12.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ação Concluída

Para o desenvolvimento das atividades durante o biênio de 2016/2017, a equipe do PEEI e de outros programas, quais sejam Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI), Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPC), Programa de Fortalecimento Institucional (PFI), Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI) e Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI) adotaram a estratégia de integração de ações, a qual visa facilitar a compreensão dos processos por parte dos indígenas, de modo que as atividades façam sentido no dia-dia das comunidades, além de atender às recomendações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Para tanto, cada coordenador dos referidos programas iniciou, em fevereiro de 2016, seu planejamento para as atividades previstas e, entre 13 e 21 de março de 2016, toda a equipe técnica reuniu-se em Altamira para a elaboração do planejamento conjunto das ações integradas (**Figuras 9.1 – 72 e 9.1 – 73**).



Figura 9.1 – 72 – Coordenadores e equipe de campo discutindo as diretrizes das atividades conjuntas.



Figura 9.1 – 73 – Sistematização do planejamento integrado de ações. Data: 18/03/2016.

Durante este período, a equipe integrada organizou um detalhamento das atividades, bem como elaborou uma proposta metodológica de implementação das mesmas. Tal metodologia foi discutida e validada com os indígenas durante o planejamento participativo, o qual ocorreu na segunda quinzena de abril/16. Esta tem como fundamento a construção de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para as Terras Indígenas (TIs), de modo a incentivar a organização política dos povos Juruna e Arara da Volta Grande do Xingu de acordo com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI⁴⁷).

Tal metodologia irá compreender, ao longo de dois anos, a realização de 6 encontros para a discussão das etapas de construção do PGTA de cada TI, de modo que cada encontro de trabalho irá gerar atividades práticas - relacionadas às ações de todos os programas - a serem desenvolvidas no período compreendido entre um encontro e outro. Essas atividades, por sua vez, irão produzir uma série de informações que serão trabalhadas no encontro subsequente. O número de participantes dessas oficinas será definido em conjunto com os indígenas, sob orientação e coordenação do PGTI.

Faz-se necessário lembrar que todos os encontros terão suas metodologias específicas, levando em conta as necessidades e organizações socioculturais próprias dos povos em questão, além das orientações da FUNAI e diretrizes da PNGATI. O detalhamento desta ação está relatado no RCS do Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI). Neste sentido, o PEEI participará da elaboração do PGTA apoiando a discussão sobre um dos eixos temáticos deste documento, referente à educação escolar, com atividades específicas para discutir este tema.

Com o início da mobilização das comunidades, a equipe convidou as lideranças indígenas e outros atores sociais das comunidades dos povos Juruna e Arara da VGX para apresentar os técnicos e as ações previstas, bem como a proposta de metodologia integrada, a qual será norteada pela elaboração dos PGTAs. Assim, no dia 22/03/2016 foi realizada uma reunião com todas as lideranças das 6 (seis) aldeias nas quais a executora desenvolverá as atividades do PBA-CI (**Anexo 9.1 – 1**).

Nesta reunião (**Figuras 9.1 – 74 e 9.1 – 75**) foram apresentadas as atividades previstas para a TI Paquiçamba, para a TI Arara da Volta Grande do Xingu e para a Área Indígena Juruna do km-17.

⁴⁷ **Decreto nº 7.747**, de 5 de julho de 2012, Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências.



Figura 9.1 – 74 – Lideranças indígenas da VGX e Al Juruna do km-30, em reunião com a equipe técnica. Data: 22/03/2016.



Figura 9.1 – 75 – Reunião para apresentação da equipe e atividades previstas para o biênio 2016-2017. Data: 22/03/2016

Na parte da manhã, todos se apresentaram (indígenas e técnicos) e cada membro da equipe esclareceu o papel que irá exercer dentro dos cinco programas (PGTI, PPC, PFI, PISI e PEEI). Em seguida, com o auxílio de tarjetas coloridas, todos os programas foram explicados e suas atividades foram elencadas (**Figuras 9.1 – 76 e 9.1 – 77**). No período da tarde, a equipe abordou seu plano de trabalho e apresentou uma proposta metodológica de integração entre todos os programas através da elaboração de um PGTA, orientado por uma legislação específica, a PNGATI.

Foram abordados, de maneira geral, os conceitos de PGTA, PNGATI e políticas públicas, sendo ressaltado que esses temas serão aprofundados durante a execução das atividades nas aldeias. Foi esclarecido que a equipe irá auxiliar a construção dos PGTA das TIs ali representadas, mas que a participação e envolvimento das comunidades é fundamental para a elaboração deste documento, sem o que o trabalho não atingirá seu pleno potencial, ou seja, promover o protagonismo indígena.

Em seguida, as tarjetas com o nome das atividades de todos os programas foram reorganizadas em um painel, de modo a ilustrar a metodologia de execução das diversas atividades de modo integrado. Esta explanação dividiu as atividades em seis grandes encontros, os quais servirão para a elaboração de cada etapa de construção dos PGTA, além de orientar as atividades a serem realizadas durante os meses entre um encontro e outro. Além disso, foi reforçado que os PGTA já tiveram seu início com as atividades realizadas nos dois anos anteriores. Tais encontros servirão, portanto, para a organização e sistematização de informações, de modo a construir um documento que permita o diálogo com as diversas instituições parceiras ou governamentais, atendendo à legislação vigente (Vide RCS_PGTI_jun.16).



Figura 9.1 – 76 – Apresentação dos Programas e Atividades com o auxílio de tarjetas coloridas.



Figura 9.1 – 77 – Início da organização da execução atividades de forma integrada, através das oficinas de elaboração dos PGTAs.

Por fim, explicou-se que a equipe fará apresentações em todas as aldeias no mês de abril de 2016 para compartilhar este planejamento de ações e pactuar uma agenda de trabalho, fazendo os ajustes necessários e definindo a metodologia específica para cada atividade ou povo.

A seguir, são apresentadas as atividades executadas por Terra Indígena no primeiro semestre de 2016. Entretanto, a primeira atividade realizada pelo Programa de Educação Escolar Indígena tem metodologia de execução que abrange a discussão e planejamento conjunto entre equipe do PEEI e representantes dos povos Juruna e Arara da VGX, além das equipes da SEMED de Vitória do Xingu e da SEMED de Senador José Porfírio, conforme relatado abaixo.

Durante a reunião com as lideranças indígenas na cidade de Altamira (**Figuras 9.1 – 76 a 9.1 – 77**), surgiram questionamentos sobre algumas atividades específicas do PEEI, como os intercâmbios e as oficinas de formação continuada para professores indígenas. A coordenação do programa esclareceu que tais questões e outras demandas referentes à essa temática deveriam ser discutidas e planejadas em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), as Secretarias Municipais de Educação (SEMEDs), órgãos governamentais responsáveis pelo planejamento e execução das Políticas Públicas de Educação, com os professores indígenas e as lideranças ou outros representantes das comunidades indígenas. Para tanto, foi proposto realizar um encontro envolvendo os atores acima mencionados, além da FUNAI, da Norte Energia (PEEI) e outras instituições afetas à educação escolar indígena, com o objetivo de realizar uma avaliação das ações já executadas nos anos anteriores, bem como obter um diagnóstico atualizado da educação escolar indígena nos municípios de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, responsáveis pelas políticas públicas junto aos povos Juruna e Arara da VGX, respectivamente.

A partir deste diagnóstico será possível estabelecer um Plano de Trabalho conjunto, que atenda à necessidade atual das comunidades, além de ficarem definidas as responsabilidades de cada instituição ou comunidade.

Com o aval das lideranças, a equipe do PEEI marcou uma reunião com representantes das SEMEDs dos municípios acima mencionados (**Anexo 9.1 – 2**). Este encontro (**Anexo 9.1 – 3**), realizado no dia 24 de março de 2016 na sede da SEMED de Vitória do Xingu, teve como objetivo apresentar a equipe do PEEI, bem como as ações previstas neste programa no contexto do PBA-CI (**Figuras 9.1 – 78 e 9.1 – 79**).



Figura 9.1 – 78 – Equipe do PEEI em reunião com representantes das SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

Figura 9.1 – 79 – Discussão sobre o compartilhamento de responsabilidades entre equipes do PEEI e das SEMEDs na mobilização das comunidades indígenas para início das atividades.

Esta reunião marcou o início da mobilização para a realização da presente atividade, cujo planejamento ocorreu em conjunto entre PEEI e SEMEDs. É importante ressaltar que esta atividade não possui metodologia de execução por TI, pois a recente implementação de uma política indigenista de educação regionalizada (Vide 5º Relatório Consolidado Semestral – RCS, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em julho de 2015) trouxe para o Médio Xingu um grande avanço, devido a proposta de construção de um novo modelo de planejamento e gestão da educação escolar indígena, tendo como principal referência a forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas e culturais. Dessa forma, a equipe do PEEI considera relevante e importante a troca de experiências de ambos os povos da região da VGX (Juruna e Arara da VGX) e o debate conjunto das políticas públicas de educação.

As ações nas aldeias referentes à esta atividade iniciaram-se com as articulações institucionais acima mencionadas para a ocorrência da atividade. A mobilização dos indígenas, já iniciada em março de 2016 durante reunião conjunta em Altamira com as lideranças, teve sua continuação em abril de 2016, compreendendo a apresentação da equipe do PEEI em todas as aldeias do povo Juruna (**Figuras 9.1 – 80 a 9.1 – 85 e**

Anexo 9.1 – 4 e Anexo 9.1 - 5) e nas duas aldeias do povo Arara da VGX (Figuras 9.1 – 84 e 9.1 – 85, Listas de presença das reuniões nas aldeias da TI Arara da VGX no Anexo 9.1 – 6).

A pactuação para a realização do seminário e o detalhamento das atividades previstas no PEEI, foram discutidas nestas ocasiões. Para realização do seminário, foi sugerida uma data e indicado o local para realização da presente atividade. Ressalta-se que essa ação, de apresentação das atividades e pactuação de cronograma de atividades, ocorreu em integração com as equipes de todos os demais programas (PGTI, PFI, PPC e PISI).



Figura 9.1 – 80 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Furo Seco (TI Paquiçamba).



Figura 9.1 – 81 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Miratu (TI Paquiçamba).



Figura 9.1 – 82 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Paquiçamba (TI Paquiçamba)



Figura 9.1 – 83 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Boa Vista (Al Juruna do Km-17).



Figura 9.1 – 84 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Guary-Duan (TI Arara da VGX).

Figura 9.1 – 85 – Equipe do PEEI em reunião na aldeia Terrawangã (TI Arara da VGX).

Dessa maneira, ficou acordado que o seminário ocorreria nos dias 28 e 29 de abril, na aldeia Boa Vista (AI Juruna do Km-17), a equipe do PEEI procedeu com as comunicações oficiais para convidar as demais instituições afetas à educação dos povos Juruna e a Arara da VGX (Ofícios enviados nos **Anexos 9.1 – 7 a 9.1 – 10**).

A atividade foi realizada nos dias 28 e 29 de abril de 2016, na aldeia Boa Vista (AI Juruna do km-17) e contou com a participação de professores e lideranças de todas as aldeias dos povos Juruna e Arara da VGX, além de representantes das SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e equipe do PEEI (**Anexo 9.1 – 11**). O Secretário Municipal de Educação de Vitória do Xingu também compareceu ao evento e reforçou a importância do mesmo e das parcerias para o avanço nas discussões sobre educação escolar indígena na região (**Figura 9.1 – 86**).

De acordo com as diretrizes do PBA-CI⁴⁸, mas em acordo com a realidade atual e especificações do Plano Operativo do PBA-CI⁴⁹, a metodologia de trabalho necessária para estruturar uma política específica de educação escolar indígena na região compreende a realização dos seminários e reuniões técnicas, além da gestão compartilhada.

Desta forma, há de se considerar a importância do planejamento integrado das ações previstas, que deverá ocorrer entre o PEEI, as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela educação escolar indígena; bem como a participação das comunidades e das organizações indígenas envolvidas. Como resultado dessa pactuação, espera-se a definição das atribuições acordadas e documentadas das responsabilidades de cada instituição e da organização escolar

⁴⁸ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

⁴⁹ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

indígena, de modo que as ações sejam complementares e transversais, estabelecendo as metas em conjunto para essa ação.

Assim, a metodologia apresentada para essa atividade vai de encontro a um dos objetivos específicos proposto para esse projeto: apoiar a discussão, a elaboração e implementação das políticas de educação escolar indígena específica para a região, em conjunto com os povos indígenas e instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de gestão compartilhada conforme determina a LDB⁵⁰.

Partindo das premissas apresentadas, foi proposta a realização de uma atividade para avaliar o atual cenário da educação escolar indígena para os povos Juruna e Arara da VGX, de modo que os desafios identificados conduzissem o planejamento conjunto entre PEEI, SEMEDs, professores e comunidades indígenas das ações previstas no PBA-CI.

Tal exercício foi de fundamental importância para que as principais referências para a gestão compartilhada das ações do referido programa se baseassem na forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas e culturais.

Esta atividade, que foi moderada por uma especialista em educação escolar indígena e foi dividida em três etapas. Após a apresentação pela coordenadora do PEEI (**Figura 9.1 – 87**) e o estabelecimento dos acordos de convivência, realizou-se uma chuva de ideias conjunta, para que os problemas ou desafios da educação indígena fossem identificados (**Figuras 9.1 – 88 e 9.1 – 89**). Em seguida, os indígenas foram divididos em grupos por Terra Indígena - TI Paquiçamba, TI Arara da VGX e AI Juruna do Km-17 (**Figura 9.1 – 90**) para proporem as soluções para os problemas levantados (**Figuras 9.1 – 91 a 9.1 – 93**).

⁵⁰ LDB – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



Figura 9.1 – 86 – Secretário Municipal de Educação de Vitória do Xingu, prestigiando o evento e reforçando a importância das parcerias.



Figura 9.1 – 87 – Equipe do PEEI fazendo a abertura do evento.



Figura 9.1 – 88 – Moderadora iniciando a chuva de ideias sobre os problemas do atual cenário da educação indígena na região.

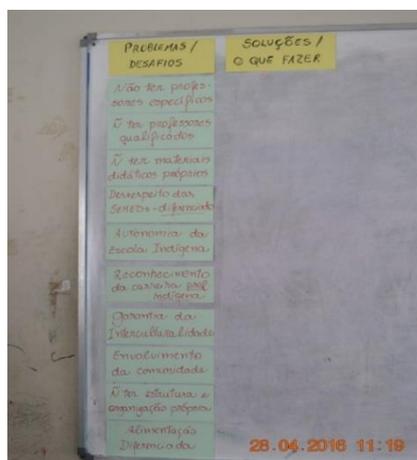


Figura 9.1 – 89 – Problemas ou desafios levantados pelos indígenas.



Figura 9.1 – 90 – Grupos de trabalho por Terra Indígena.



Figura 9.1 – 91 – Professores da TI Paquiçamba apresentando suas sugestões de soluções para cada problema identificado.



Figura 9.1 – 92 – Professores da TI Arara da VGX apresentando suas sugestões de soluções para cada problema identificado.



Figura 9.1 – 93 – Professores da AI Juruna do Km-17 apresentando suas sugestões de soluções para cada problema identificado.

Após o levantamento de desafios e possíveis soluções, a moderadora falou rapidamente sobre cada sugestão apresentada e propôs aos participantes a sistematização das informações, através da união de sugestões equivalentes e eliminação de algumas repetidas, de modo que todas se mantivessem contempladas (**Figuras 9.1 – 94 e 9.1 – 95**).



Figura 9.1 – 94 – Moderadora do seminário refletindo sobre todas as soluções propostas pelos indígenas.



Figura 9.1 – 95 – Início da sistematização das informações pelos participantes.

Em seguida, todos os aspectos levantados foram separados pelos indígenas em dois grupos, de acordo com o responsável pela implementação de cada sugestão, quais sejam as SEMEDs (ou demais órgãos de governo) ou as próprias comunidades. Ainda, uma segunda divisão foi feita com relação à área que determinada sugestão afetaria, fosse ela no âmbito organizacional/estrutural ou pedagógico. Dessa etapa, surgiu uma matriz de ações prioritárias para os povos Juruna e Arara da VGX com relação à implementação de uma educação diferenciada e de qualidade, atribuindo responsabilidades entre os diferentes atores envolvidos (**Figura 9.1 – 96**).

A partir do levantamento das prioridades, a equipe do PEEI fez uma breve explicação sobre o programa, suas diretrizes e objetivos, e lembrou de ações anteriormente realizadas e apoiadas pelo PBA-CI. Foi esclarecido que o PEEI oferece apoio técnico e especializado às SEMEDs e comunidades, através da contratação de especialistas em educação indígena, apoio logístico para oficinas de capacitação de professores e acompanhamento pedagógico nas comunidades. Além disso, foi lembrado que o programa tem como premissa básica a gestão compartilhada, ou seja, o planejamento e a execução conjunta entre equipe do PEEI, das SEMEDs e comunidades indígenas.

Com as devidas prioridades identificadas e a explicação sobre o PEEI, foi possível esclarecer o escopo de atuação da equipe, a qual será parceira na execução de atividades sob responsabilidade das comunidades e no âmbito pedagógico da escola (**Figura 9.1 – 96**). Assim, realizou-se o planejamento conjunto inicial de atividades que podem ser apoiadas pelas ações do PBA-CI (**Anexo 9.1 – 12**).

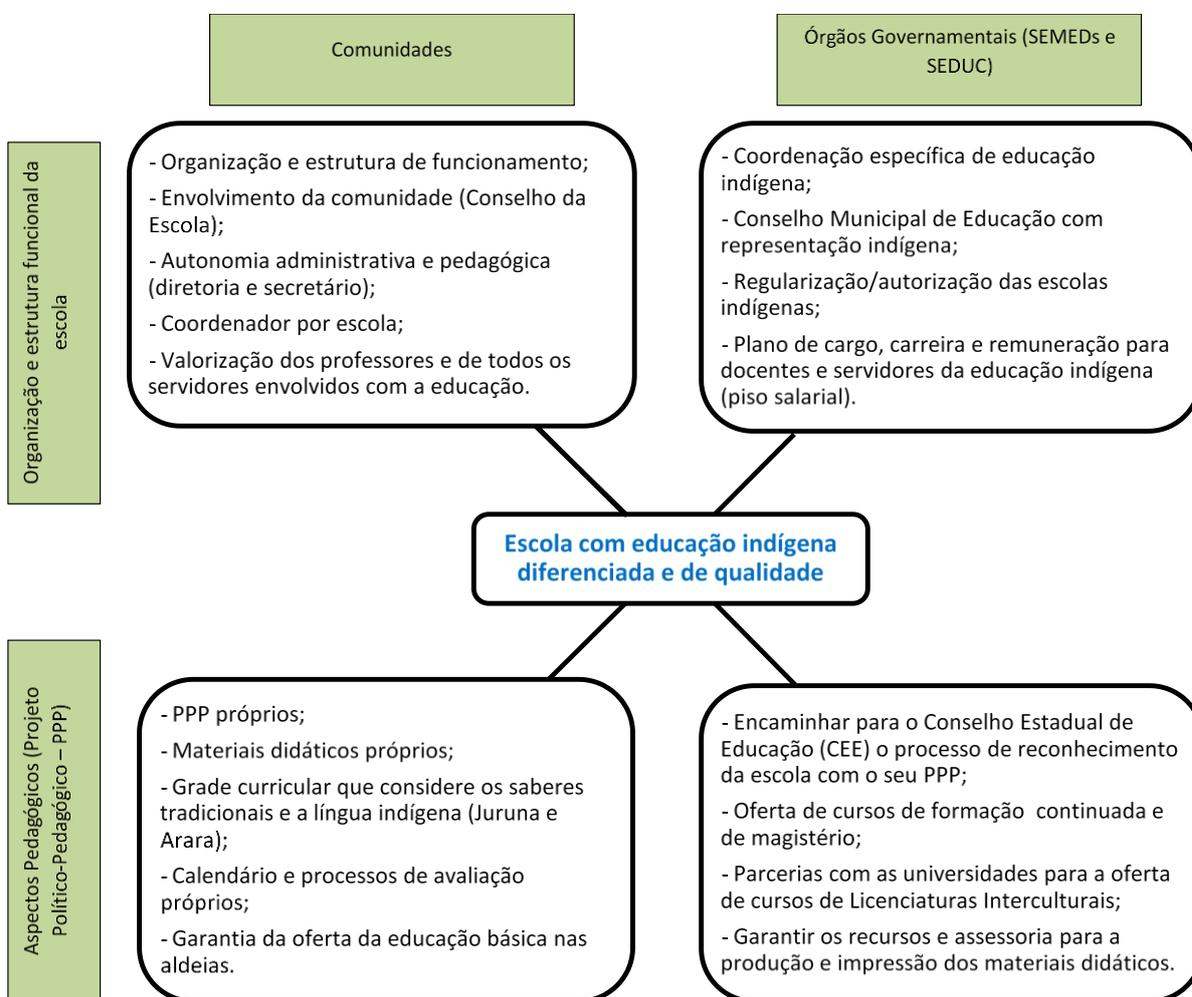


Figura 9.1 – 96 – Matriz de responsabilidades para implementação de ações prioritárias no âmbito da educação indígena diferenciada e de qualidade.

Ao final do seminário, todos fizeram uma avaliação positiva da atividade e reforçaram a importância das parcerias. Foram entregues certificados de participação a todos os presentes e a atividade se encerrou com a garantia de professores e lideranças no

comprometimento às questões da educação e envolvimento das comunidades na execução das atividades (**Figura 9.1 – 97**).



Figura 9.1 – 97 – Participantes do 1º Seminário de avaliação e acompanhamento da implementação de Políticas de Educação Escolar Indígena nos municípios de Vitória do Xingu-PA (povo Juruna) e Senador José Porfírio-PA (povo Arara da VGX). Data: 29/04/2016.

9.1.3.12.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

De acordo com o cronograma do PO, esta atividade estava prevista para ser executada até 2015. Conforme *4º Relatório Consolidado Semestral – RCS, protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em fevereiro de 2015*, o PEEI promoveu uma oficina conjunta entre todos os povos do Médio Xingu em outubro de 2014 para orientação e início da elaboração participativa do PPP. No caso da AI Juruna do Km 17 as etapas de construção participativa nas aldeias foram realizadas sob orientação somente da equipe SEMED de Vitória do Xingu, resultando no documento constante no **Anexo 9.1 – 19**.

9.1.3.12.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Ação em andamento

A presente atividade teve seu planejamento iniciado durante realização da atividade descrita no item 9.1.3.1 deste RCS e, por ocorrer integrada à atividade “*Realização de Viagens de Intercâmbio para professores indígenas e não indígenas*” do Projeto de Estruturação das Escolas Indígenas, encontra-se mais detalhada no item referente ao pacote de trabalho 9.2.

Conforme relatado pelos participantes do seminário de educação, os Juruna têm o anseio de aprender a língua indígena e outros aspectos culturais que envolvam o conhecimento de seus antepassados. Assim, as trocas de experiência previstas para a presente atividade estão sendo planejadas com professores, lideranças e representantes da SEMED de Vitória do Xingu objetivando esse aprendizado. Este objetivo possui interface com a atividade “*Apoio ao intercâmbio cultural Juruna (Km 17 e Paquiçamba com a população Juruna do Parque Indígena do Xingu) para troca de conhecimentos tradicionais*” (Vide Pacote de Trabalho 11.1 - Projeto de Apoio à Produção Artística e Cultural - RCS_PBA-CI_PPC.1_jun.16).

Durante o seminário relatado no item 9.1.3.1.2, foi sugerida pelos indígenas a contratação de um professor Yudjá para trabalhar nas aldeias da TI Paquiçamba e Al Juruna do Km-17 durante o período de um ano letivo. Se viável, o planejamento das atividades desse professor será realizado em conjunto com professores, representantes das comunidades, equipes da SEMED e do PEEI, com o objetivo de pensar ações que ampliem e diversifiquem, nas aldeias, os espaços de aprendizado da língua Juruna, tanto entre adultos como entre os mais jovens.

Neste momento, foram apenas definidas as responsabilidades dos diversos atores envolvidos para articular essa experiência de intercâmbio. Dessa forma, com relação à vinda de um professor (e possivelmente sua família), a SEMED de Vitória do Xingu se responsabilizou pela contratação, as comunidades indígenas se comprometeram com a estadia e a equipe do PEEI assegurou o transporte, a alimentação e os materiais necessários às oficinas e/ou ações oriundas do planejamento conjunto.

Para execução dessa atividade foi realizada uma reunião interinstitucional para definir os próximos passos para a articulação desse intercâmbio em junho/16 (**Anexo 9.1 – 14**). A Secretaria de Educação de Vitória do Xingu destacou o comprometimento da SEMED com os povos indígenas, entretanto, esclareceu que a contratação de um professor para a língua indígena só poderá ocorrer no início de 2017, em função da necessidade de aprovação desse projeto das comunidades indígenas pelo o Conselho Municipal de Educação. Afirmou ainda que submeter a proposta de atividade ao conselho no final do ano letivo garante que essa demanda seja incluída no plano de ação da secretaria, de modo que uma eventual mudança nos gestores da prefeitura não possa alterar o que foi aprovado. Com esta informação, faz-se necessário uma nova conversa com professores e lideranças a respeito do intercâmbio.

9.1.4. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO

A planilha de atendimento aos objetivos do projeto é apresentada na sequência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
<p>Apoiar a implementação da política de educação escolar indígena específica para essa região de Altamira, a ser discutida, acompanhada e elaborada em conjunto com os povos indígenas e demais instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de gestão compartilhada conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Não se aplica.</p>	<p>A política de educação escolar indígena para a região de Altamira está sendo implementada em consonância com a construção participativa dos Projetos Políticos-Pedagógicos, realizada pelo PEEI. Embora os PPPs de algumas TIs do escopo da Unyleya tenham sido realizados, as comunidades manifestaram anseio por revisões, e inclusive sob orientação da SEMED, são necessárias mais discussões com ampla participação das comunidades. Das sete TIs previstas, três ainda não contam com seu PPP e quatro requerem revisão.</p>
<p>Estruturar um sistema de monitoramento e avaliação permanente e participativo; Dar início a um processo de construção de um sistema regional de indicadores específicos de educação escolar indígena.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Não se aplica.</p>	<p>Desde 2015, a NE tem mantido contato com a SEMED Altamira e SEDUC Pará e, na ocasião, a informação é que não haveria previsão de convocação da reunião, pelo MEC quando também houve mudanças na SECADI com a suspensão de atividades. Desde então, o empreendedor vem articulando junto aos órgãos afetos a realização da atividade, que tem previsão para setembro de 2016, e o MEC já se comprometeu em fornecer uma agenda. O sistema de monitoramento e avaliação permanente e participativo está sendo realizado por meio da reunião da Comissão Gestora do TEEMX, ação apoiada pelo PEEI.</p>
<p>Estruturar o sistema de controle, monitoramento, fiscalização e acompanhamento social</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Não se aplica.</p>	<p>Desde 2015, a NE tem mantido contato com a SEMED Altamira e SEDUC Pará e, na ocasião, a informação é que não haveria previsão de convocação da reunião, pelo MEC quando também houve mudanças na SECADI com a suspensão de atividades. Desde então, o empreendedor vem articulando junto aos órgãos afetos a realização da atividade, que tem previsão para setembro de 2016, e o MEC já se comprometeu em fornecer uma agenda. O sistema de monitoramento e avaliação permanente e participativo está sendo realizado por meio da reunião da Comissão Gestora do TEEMX, ação apoiada pelo PEEI.</p>

9.1.5. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO

A planilha de atendimento às metas do projeto é apresentada na sequência por TI.

META	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
Realizar levantamento junto às comunidades para contribuir para o estabelecimento de políticas públicas	Em andamento	Não se aplica.	Estão sendo realizadas reuniões com as secretarias municipal e estadual de Educação, com o MEC e a FUNAI , com apoio da Norte Energia.
Realizar Reunião da Comissão Gestora do Território Etnoeducacional do Médio Xingu para avaliação da implementação da política	Em andamento	Não se aplica.	A reunião está prevista para acontecer em setembro de 2016. Os preparativos estão sendo feitos.
Realizar oficina de formação continuada na cidade com todos os professores	Concluída	Não se aplica.	As SEMEDs adotam a metodologia de formação continuada de professores como forma de complementar a formação inicial e promover cursos. Portanto, o PEEI ajustou sua metodologia em função do planejamento das SEMEDs e estendeu suas oficinas para as aldeias, de forma a atender as especificidades da cada povo.
Viagem de Intercâmbio com uma delegação de indígenas para conhecer outras propostas de Educação Escolar Indígena	Em andamento	Não se aplica.	Foram estabelecidas parcerias com duas universidades. A atividade estava prevista para maio de 2016, mas o surto de gripe que atingiu algumas aldeias da região interromperam momentaneamente a comunicação com as TIs e a atividade foi adiada para outubro de 2016.

9.1.6. ATIVIDADES PREVISTAS

Abaixo encontram-se descritas, por TI (exceto a atividade abaixo, que tem metodologia de execução conjunta), as atividades e suas ações previstas até o final do período de execução do Plano Operativo (dez/2017).

9.1.6.1. TI PAQUIÇAMBA

Status: em andamento.

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/08/2017	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio
Realização do seminário	Até 30/11/2017	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

9.1.6.1.1. Apoio ao processo de proposição de Projetos Político-Pedagógicos (PPP)

Status: concluído (porém, ações continuam).

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Avaliação da primeira versão do PPP e discussão da matriz curricular	Até 31/08/2016	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu

9.1.6.1.2. Formação de Rede de Parceiros e Realização de Viagens de Intercâmbio

Status: em andamento.

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para repactuar a atividade	Até 31/08/2016	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu
Realização do intercâmbio 2016	Até 20/12/2016	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu
Planejamento conjunto do intercâmbio 2017	Até 30/03/2017	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Realização do intercâmbio 2017	Até 20/12/2017	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu

9.1.6.2. TI ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

9.1.6.2.1. Apoio ao processo de proposição de Projetos Político-Pedagógicos (PPP)

Status: concluído (porém, ações continuam).

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Avaliação da primeira versão do PPP e discussão da matriz curricular, com elaboração de materiais didáticos.	Até 31/09/2016	PEEI e SEMED de Senador José Porfírio

9.1.6.2.2. Formação de Rede de Parceiros e Realização de Viagens de Intercâmbio

Status: em andamento.

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para pactuar a atividade	Até 31/08/2016	PEEI e SEMED de Senador José Porfírio
Realização do intercâmbio 2016	Até 20/12/2016	PEEI e SEMED de Senador José Porfírio
Planejamento conjunto do intercâmbio 2017	Até 30/03/2017	PEEI e SEMED de Senador José Porfírio
Realização do intercâmbio 2017	Até 20/12/2017	PEEI e SEMED de Senador José Porfírio

9.1.6.3. TI TRINCHEIRA BACAJÁ

9.1.6.3.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA⁵¹ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Status: em andamento.

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/09/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e PEEI
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

9.1.6.3.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para repactuar a atividade	Até 31/08/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.
Realização do intercâmbio 2016	Até 30/10/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.

9.1.6.4. TI KOATINEMO

9.1.6.4.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA⁵² DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Status: em andamento.

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/09/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu

⁵¹ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

⁵² No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
		e Senador José Porfírio e PEEI
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

9.1.6.4.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para repactuar a atividade	Até 31/08/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.

9.1.6.5. TI ARARA

9.1.6.5.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA⁵³ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Status: em andamento.

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/09/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e PEEI
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

⁵³ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

9.1.6.5.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para repactuar a atividade	Até 31/08/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.
Realização do intercâmbio 2016	Até 30/10/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.

9.1.6.6. TI KARARAÔ

9.1.6.6.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA⁵⁴ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/09/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e PEEI
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

9.1.6.6.2. Apoio ao processo de proposição de Projetos Político-Pedagógicos (PPP)

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Discussão da matriz curricular, com elaboração de materiais didáticos.	Até 31/11/2016	PEEI e SEMED Altamira

⁵⁴ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

9.1.6.6.3. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para repactuar a atividade	Até 31/08/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.
Realização do intercâmbio 2016	Até 30/10/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.

9.1.6.7. TI CACHOEIRA SECA

9.1.6.7.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA⁵⁵ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/09/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e PEEI
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

9.1.6.7.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para repactuar a atividade	Até 31/08/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.
Realização do intercâmbio 2016	Até 30/10/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.

⁵⁵ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

9.1.6.8. TI XIPAYA

9.1.6.8.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA⁵⁶ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/09/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e PEEI
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

9.1.6.8.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para repactuar a atividade	Até 31/08/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira, UFPA e UFRR.
Realização do intercâmbio 2016	Até 30/10/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira, UFPA e UFRR.

9.1.6.9. TI KURUAYA

9.1.6.9.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA⁵⁷ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/09/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e PEEI

⁵⁶ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

⁵⁷ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

9.1.6.9.2. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

Status: Ação em andamento

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento e repactuação da agenda para elaboração do PPP conjuntamente com a SEMED, comunidade indígena e PEEI.	Até 31/10/2016	PEEI e SEMED Altamira.

9.1.6.9.3. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para repactuar a atividade	Até 31/08/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.
Realização do intercâmbio 2016	Até 30/10/2016	MEC, SEDUC, SEMD de Altamira , UFPA e UFRR.

9.1.6.10. TI ARAWETÉ DO IGARAPÉ IPIXUNA

9.1.6.10.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA⁵⁸ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/09/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e PEEI
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

⁵⁸ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

9.1.6.10.2. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento e repactuação da agenda para elaboração do PPP conjuntamente com a SEMED, comunidade indígena e PEEI.	Até 31/09/2016	PEEI e SEMED Altamira.

9.1.6.10.3. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento da ação	Até 31/08/2016	FUNAI (FPEMX), MEC, SEDUC e SEMD de Altamira.
Pactuação para a realização do intercâmbio 2016	Até 20/12/2016	FUNAI (FPEMX), MEC, SEDUC, SEMD de Altamira.

9.1.6.11. TI APYTEREWA

9.1.6.11.1. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA⁵⁹ DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/09/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e PEEI
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

⁵⁹ No caso dos povos Juruna e Arara da VGX, os municípios responsáveis pela implementação de políticas públicas são Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, respectivamente.

9.1.6.11.2. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Planejamento conjunto da atividade	Até 31/08/2016	MEC, SEDUC, SEMDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e PEEI
Realização do seminário (Encontro do TEEMX)	Até 20/12/2016	PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

9.1.6.12. AI – ÁREA INDÍGENA JURUNA DO KM 17

9.1.6.12.1. Apoio ao processo de proposição de Projetos Político-Pedagógicos (PPP)

Status: concluído (porém, ações continuam).

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Avaliação da primeira versão do PPP e discussão da matriz curricular	Até 31/08/2016	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu

9.1.6.12.2. Formação de Rede de Parceiros e Realização de Viagens de Intercâmbio

Status: em andamento.

AÇÃO	PRAZO PREVISTO	RESPONSÁVEIS
Reunião com os professores e lideranças para repactuar a atividade	Até 31/08/2016	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu
Realização do intercâmbio 2016	Até 20/12/2016	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu
Planejamento conjunto do intercâmbio 2017	Até 30/03/2017	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu
Realização do intercâmbio 2017	Até 20/12/2017	PEEI e SEMED de Vitória do Xingu

9.1.7. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA

O cronograma gráfico é apresentado na sequência por TI.

9.1.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PEEI tem buscado apoiar a implementação de um novo modelo de política educacional para os povos indígenas no Médio Xingu, baseado na gestão compartilhada e organização territorial regional. Entretanto, as ações do PBA-CI não pretendem e nem devem substituir as ações das diversas instâncias de governo afetas às políticas de educação escolar indígena.

Diante da boa relação estabelecida entre o Programa e as Secretarias de Educação, o contínuo estabelecimento de diretrizes conjuntas e a definição dos papéis de cada um dos envolvidos resultam no fortalecimento das instituições locais, e no empoderamento frente às questões das políticas educação escolar indígena.

Neste sentido, a realização do “*Seminário de avaliação e acompanhamento da implementação de Políticas de Educação Escolar Indígena nos municípios de Vitória do Xingu-PA (povo Juruna) e Senador José Porfírio-PA (povo Arara da VGX)*” conseguiu demonstrar aos indígenas que a implementação de políticas públicas depende de ações dos órgãos governamentais. Desta forma, cabe também às comunidades indígenas, por meio de seus representantes solicitar a esses órgãos o desenvolvimento destas ações. Sendo assim, Concluiu-se que algumas discussões dependem, exclusivamente, da mobilização das comunidades junto às secretarias reforçando a importância do protagonismo indígena neste processo.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento de fundamental importância na garantia da efetividade de uma educação específica, intercultural e de qualidade. É o norteador do formato de escola e, nesse contexto de educação escolar indígena, torna especialmente sensível à realidade das diferentes etnias que compõe os povos da região. Uma das principais características desse instrumento é a sua revisão constante, sendo assim, respeitando a especificidade de cada Povo Indígena, a equipe do PEEI, em permanente diálogo com as SEMEDs, vem prestado o apoio na revisão dos PPP elaborados e contribuindo na consolidação do material que ainda será validado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE.

Até o presente momento, já foram elaborados e finalizados os Projetos Político Pedagógicos (PPP) das escolas das TI's Apyterewa, Arara da Volta Grande do Xingu, Trincheira Bacajá, Koatinemo, Arara, Cachoeira Seca e Xipaya, conforme foi apresentado no 4º, 5º e neste 6º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI. Em relação aos PPP Kararaô, Kuruaya, Araweté a equipe do PEEI, conjuntamente com a SEMED/Altamira estão dialogando para finalizar a revisão e consolidação desse material em razão das especificidades de cada povo. A previsão de entrega desses materiais é para o 2º semestre de 2016.

A proposta de realização de viagens de intercâmbio tem por objetivo contribuir com o processo de formação continuada para os professores indígenas, partindo do pressuposto que o intercâmbio irá propiciar troca de experiências tanto no âmbito cultural, como no aspecto educacional. Desta forma, para realizar os intercâmbios para o magistério indígena, faz-se necessário esclarecer que tais questões e outras

demandas referentes à essa temática, precisam ser debatidas, pactuadas e planejadas em conjunto com as instituições responsáveis pela implementação e execução das políticas educacionais para indígenas (MEC, SEDUC e SEMEDs); envolvendo também as lideranças e/ou representantes das comunidades indígenas. Conforme pactuação entre estes atores, essa ação está prevista para ocorrer no 2º semestre de 2016.

Diante do exposto, as ações do presente projeto estão sendo desenvolvidas a contento e suas metas estão sendo atingidas dentro dos prazos estabelecidos. O PEEI incentiva o protagonismo indígena na luta pela garantia dos direitos à cidadania, por meio do processo formativo implementado e de valorização dos saberes e da cultura de cada povo.

A assessoria constante às secretarias municipais de educação, de forma a permitir uma ampliação e promoção do princípio da inclusão social com o fortalecimento dos órgãos públicos responsáveis pela educação escolar indígena na região, também representa um importante avanço para a melhoria da qualidade na educação indígena na região da VGX.

9.1.9. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF	TERRA INDÍGENA
Larissa de Souza Lança	Bióloga, Msc. em Diversidade Biológica	Coordenadora	CRBio: 94789/01-D	4719825	Tis Paquiçamba e Arara da VGX e AI Juruna do Km 17
Maria Elisa M. Ladeira	Antropóloga, Dra. em Linguística	Consultora Sênior	-	-	Tis Paquiçamba e Arara da VGX e AI Juruna do Km 17
Hilton Silva do Nascimento	Ecológo, MSc em Ecologia Aplicada e Conservação	Coordenador de Campo	-	6240063	Tis Paquiçamba e Arara da VGX e AI Juruna do Km 17
Renata Utsunomyia	Eng ^a . Ambiental	Analista Socioambiental	-	-	Tis Paquiçamba e Arara da VGX e AI Juruna do Km 17
Fernando Sebastião Penna	Antropólogo	Coordenador Geral	-	6442218	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Silvia Silene G. Dinkelmann	Pedagoga	Coordenadora Estratégica	-	6441399	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Poliana Marcolino Corrêa	Geóloga	Coordenadora	CREA-DF 16739/D	286927	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF	TERRA INDÍGENA
					Kuruaya
Tania Maria Ferreira	Pedagoga	Coordenadora do PEEI	-	2288712	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Deusmar	Geógrafo	Assessor Técnico	CREA-MG 141218093- 7	6441579	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Rita M. de Sousa	Jornalista	Assessora Administrativa	MTB – 29.155	6603700	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Gilberto Kurita Yoshinaga	Jornalista	Consultor	MTB – 35.892	-	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Maria Ellen Regina Rocha	Pedagoga	Pedagoga	-	6452575	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Tania Cristina da Silva Bueno	Pedagoga	Pedagoga	-	6483027	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF	TERRA INDÍGENA
					Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Rafael Augusto Curado Fleury Teixeira	Cientista Social	Cientista Social	DRT-GO 424686	5516615	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Valesca Santos Morais	Engenheira Florestal	Assistente de Projetos	CREA-PA 151550277-5	6443471	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Maick Maciel Rodrigues da Silva	Administrador	Coordenadora Logística	-	-	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya
Denny Carlos Santana da Costa	Administrador	Assistente - Apoio Geral	-	6444135	Apyterewa Trincheira Bacajá Arara Cachoeira Seca Kararaô Xipaya Kuruaya V

9.1.10. ANEXOS

Anexo 9.1. – 1 - Lista de presença da reunião com as lideranças em Altamira

Anexo 9.1 – 2 - Memória de reunião interinstitucional entre PEEI e SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

Anexo 9.1 – 3 - Lista de presença da reunião entre equipes do PEEI e das SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio

Anexo 9.1 – 4 - Listas de presença das reuniões na TI Paquiçamba

Anexo 9.1 – 5 - Lista de presença da reunião na AI Juruna do Km-17

Anexo 9.1 – 6 - Listas de presença das reuniões na TI Arara da VGX

Anexo 9.1 – 7 - CE enviada à FUNAI CR-Centro Leste do Pará

Anexo 9.1 – 8 - CE enviada à NE

Anexo 9.1 – 9 - CE enviada à SEMED de Vitória do Xingu

Anexo 9.1 – 10 - CE enviada à 10ª URE da SEDUC-PA

Anexo 9.1 – 11 - Listas de presença do seminário da educação

Anexo 9.1 – 12 - Memória do seminário entregue aos participantes

Anexo 9.1 – 13 – Projeto Político-Pedagógico da escola do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu

Anexo 9.1 – 14 - Lista de presença da reunião entre PEEI e SEMED de Vitória do Xingu

Anexo 9.1 – 15 – Projeto Político-Pedagógico da escola do povo Arara da VGX

Anexo 9.1 – 16 - Lista de presença da reunião entre PEEI e SEMED de Senador José Porfírio

Anexo 9.1 – 17 - Lista de presença Reunião com MEC SEMEDs SEDUC

Anexo 9.1 – 18 - PPP do povo Xikrin TITB

Anexo 9.1 – 19 - Memória da reunião da UFPA

Anexo 9.1 – 20 - Lista presença da reunião UFPA